

The logo for CEUB (Centro Universitário de Brasília) features the letters 'CEUB' in a bold, white, sans-serif font. The letter 'B' is stylized with a vertical line through its center, resembling a beta symbol.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

ISSN 2236-1677

The cover image shows a large, modern, white building with a prominent, abstract, curved facade. In the foreground, a large, white, stone statue of a seated woman is visible. The background features a tall, modern skyscraper under a blue sky with scattered clouds. The entire scene is set against a dark red background with a subtle, repeating pattern of stylized floral or scrollwork motifs.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

Respostas fiscais dos governos estaduais para o combate aos efeitos econômicos da COVID-19: um estudo comparado México e Brasil

Tax responses of state governments to the economic effects of COVID-19: a study compared Mexico and Brazil

Jamille Carla Oliveira Araújo

Fernando Gentil de Souza

Laura Margarita Medina Celis

María Guadalupe Aguirre Guzmán

Umbelina Cravo Teixeira Lagioia

VOLUME 13 • Nº 3 • DEZ • 2023

Sumário

I. POLÍTICAS PÚBLICAS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	13
CONTENIDO DEL PRINCIPIO PRECAUTORIO FRENTE AL RIESGO A LA VULNERACIÓN DEL DERECHO A UN AMBIENTE SANO Y SUS CONTRASTES CON LOS PRINCIPIOS DE PREVENCIÓN E IN DUBIO PRO NATURA	15
Edison Ramiro Calahorrano Latorre e Jairo Lucero Pantoja	
THE ROLE OF THE CENTRAL AND REGIONAL GOVERNMENTS OF INDONESIA IN THE INDONESIA-PAPUA NEW GUINEA BORDER DEVELOPMENT POLICY	40
Yosephina Ohoiwutun, M. Zaenul Muttaqin, Vince Tebay, Ilham Ilham e Dorthea Renyaan	
REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA CIRCULAR E A LOGÍSTICA REVERSA DOS RESÍDUOS ELETROELETRÔNICOS: A CONCESSÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS PARA COOPERATIVAS DE RECICLAGEM COMO EFICIENTE INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	54
Joana D’Arc Dias Martins, Maria de Fátima Ribeiro e Mireni Oliveira Costa Silva	
II. POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITO DIGITAL.....	80
O BRASIL EM MEIO À CORRIDA REGULATÓRIA PELA GOVERNANÇA DA ECONOMIA DIGITAL	82
Lucas da Silva Taschetto, Fábio Costa Morosini e Lucas Cardoso Martini	
INTERNET DAS COISAS (IoT) E OS DIREITOS À PRIVACIDADE E À PROTEÇÃO DE DADOS DO CIDADÃO: UMA NECESSÁRIA APROXIMAÇÃO	116
Têmis Limberger, Gustavo Santanna e Demétrio Beck da Silva Giannakos	
DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: AUTONOMIA OU DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA?	129
Guilherme Aparecido da Silva Maia e Lídia Maria Ribas	
A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC) NA LIMITAÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM REDES SOCIAIS: A LEGALIDADE DOS ATOS DE CONTROLE DA AUTORREGULAÇÃO EMPRESARIAL.....	147
Michelle Lucas Cardoso Balbino	
III. POLÍTICAS PÚBLICAS EM REGULAÇÃO FINANCEIRA E FISCAL.....	177
DESASTRES SOCIONATURAIS E POLÍTICA FISCAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL VOLTADO À DEFESA CIVIL NO BRASIL	179
Fernanda Dalla Libera Damacena, Renato Eliseu Costa, Felipe Fonseca e Victor Marchezini	

O PAPEL DAS COMPLEMENTARIDADES LOCAIS NA RECEPÇÃO DE POLÍTICAS REGULATÓRIAS GLOBAIS: EVIDÊNCIAS DA REGULAÇÃO BANCÁRIA BRASILEIRA E MEXICANA.....	203
Mario G. Schapiro	
ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO COMO INSTRUMENTO DE RACIONALIDADE E TRANSPARÊNCIA PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS ESTADUAIS.....	229
Vinícius Klein e Eduardo M. Lima Rodrigues de Castro	
RESPOSTAS FISCAIS DOS GOVERNOS ESTADUAIS PARA O COMBATE AOS EFEITOS ECONÔMICOS DA COVID-19: UM ESTUDO COMPARADO MÉXICO E BRASIL.....	248
Jamille Carla Oliveira Araújo, Fernando Gentil de Souza, Laura Margarita Medina Celis, María Guadalupe Aguirre Guzmán e Umbelina Cravo Teixeira Lagioia	
IV. INTERVENÇÃO DE ATORES NACIONAIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	272
REDIMINDO O ATIVISMO JUDICIAL: CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO E A FUNÇÃO CONTRA-ARGUMENTATIVA DAS CORTES CONSTITUCIONAIS.....	274
Matheus Casimiro, Eduarda Peixoto da Cunha França e Flavianne Fernanda Bitencourt Nóbrega	
O PODER JUDICIÁRIO NO INCENTIVO À ADOÇÃO DE CRIANÇAS OU ADOLESCENTES PRETERIDOS E A BUSCA ATIVA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR ..	295
Ana Elisa Silva Fernandes Vieira e Dirceu Pereira Siqueira	
A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E AS CHAMADAS ILUSÕES CONSTITUCIONAIS	324
Daniel Araújo Valença e Diana Melissa Ferreira Alves Diniz	
V. POLÍTICAS PÚBLICAS EM MATÉRIA DE GRUPOS MINORITÁRIOS	340
VIOLENCIA DE GÉNERO Y TRABAJO: DESAFÍOS PARA LA INDEPENDENCIA ECONÓMICA NECESARIA PARA ROMPER EL VÍNCULO CON EL AGRESOR.....	342
Bárbara Sordi Stock, Edita Del Pilar Astete Ramos, Gerardo Antonio Márquez Rondón e Camila Ignacia Espinoza Almonacid	
FEMINIST CONSTITUTIONALISM AS AN INSTRUMENT FOR THE EDUCATIONAL TRANSFORMATION OF SPACES OF INTELLIGIBILITY IN LAW	359
Fábio Rezende Braga, Marcella Oliveira Araujo e Melina Girardi Fachin	
PROTEÇÃO INTERAMERICANA AOS DIREITOS HUMANOS DA MULHER: DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO, COM ÊNFASE PARA O BRASIL	374
Camila Carvalho Ribeiro e Thiago Oliveira Moreira	
ACCESO A LA JUSTICIA, JUSTICIAS Y LAS MUJERES INDÍGENAS EN EL PROCESO CONSTITUYENTE DE CHILE 2019-2023.....	400
Sheila Fernández-Míguez e Juan Jorge Faundes Peñafiel	

VI. OUTROS TEMAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS 428

CRISE DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME (2004-2022) 430

Bruno Teixeira Lins, João Vitor da Silva Batista e Fran Espinoza

DETENTION OF A PERSON SUSPECTED OF COMMITTING A CRIMINAL OFFENSE DURING MARTIAL LAW IN UKRAINE 452

Serhii Ablamskyi, Volodymyr Galagan, Iryna Basysta e Zhanna Udovenko

Respostas fiscais dos governos estaduais para o combate aos efeitos econômicos da COVID-19: um estudo comparado México e Brasil*

Tax responses of state governments to the economic effects of COVID-19: a study compared Mexico and Brazil

Jamille Carla Oliveira Araújo**

Fernando Gentil de Souza***

Laura Margarita Medina Celis****

María Guadalupe Aguirre Guzmán*****

Umbelina Cravo Teixeira Lagioia*****

* Recebido em: 27/05/2022

Aprovado em: 25/05/2023

** Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestre em Administração, Professora Adjunta na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Professora (Visitante) da Universidade Federal de Pernambuco 2019-2021, Professora (Visitante) da Universidade de Brasília (UNB) 2022.

E-mail: jamille.carla@ufpe.br

*** Doutor e Mestre em Contabilidade pela Universidade de Zaragoza na Espanha, Professor Adjunto pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: fernando.gentil@ufpe.br

**** Doutora em Ciências Contábeis e Finanças pela Universidad Camagüey em Cuba, Mestre em Impostos pela Universidad de Guadalajara (UDG), Jalisco em México, Professora de Carreira do Departamento de Contabilidade do Centro Administrativo Universitario de Ciências Económicas da Universidad de Guadalajara em Jalisco no México.

E-mail: lamedina@ucea.udg.mx

***** Doutoranda em Estudos Fiscais na Universidad de Guadalajara (UDG), em Jalisco no México, Mestre em Estudos Fiscais na Universidad de Guadalajara, Professora de Disciplina na Universidad de Guadalajara.

E-mail:guadalupeguzman@gmail.com

***** Doutora e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Especialização em Administração Financeira pela UFPE, Especialização em Contabilidade e Controladoria pela UFPE, Especialização em Normas Internacionais de Contabilidade e Normas Internacionais de Auditoria pela FIPECAFI, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: umbelina.lagioia@ufpe.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar as medidas fiscais dos governos locais em resposta aos efeitos econômicos da COVID-19, apresentando reflexões relativas aos diferentes contextos do México e do Brasil. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com base nos dados abertos do governo do Brasil e México, sendo avaliados 58 estados, 27 estados brasileiros e 31 estados do México. As informações coletadas foram analisadas por meio do software Iramuteq 2.0. Os resultados revelaram que, em ambos os países, os estados adotaram diferentes medidas em resposta aos impactos do COVID-19, em que se destaca o México que adotou: prorrogações e medidas de negociação do imposto sobre veículos, desconto de 100% no imposto sobre veículos na compra de veículos usados, redução do imposto de hospedagem para estados turísticos, isenção de 100% do imposto sobre habitação e incentivos para o pagamento de despesas com trabalhadores. No Brasil, foram adotadas diversas medidas de incentivos fiscais entre os estados, tais como: isenções fiscais, prorrogações e parcelamentos a todos os tributos. A pesquisa permite discutir estratégias direcionadas à identificação das medidas adotadas nos governos estaduais dos países, tendo como limitação a adoção de instrumentos necessários para discutir a recuperação das economias locais e finanças públicas.

Palavras Chaves: governos estaduais; incentivos fiscais; COVID-19; transparência.

Abstract

This article aims to present the fiscal measures of local governments in response to the economic effects of COVID-19, developing reflections in

the different contexts of Mexico and Brazil. For this, qualitative research was carried out, based on open data from the government of Brazil and Mexico, with 58 states being evaluated, being 27 Brazilian states and 31 Mexican states. The information was collected and analyzed using the Iramuteq 2.0 software. The results showed that in both countries the states adopted different measures in response to the impacts of COVID-19, in which Mexico stands out that adopted: vehicle tax extensions and negotiation measures, 100% discount on the vehicle tax in the purchase of used vehicles, reduction of the lodging tax for tourist states, exemption of 100% from the housing tax and incentives for the payment of expenses with workers. In Brazil, several tax incentive measures were adopted between the states, such as: tax exemptions, extensions and installment payments for all taxes. The research allows discussing strategies aimed at identifying the measures adopted by the countries' state governments, with the limitation of adopting the necessary instruments to discuss the recovery of local economies and public finances.

Keywords: state governments; tax breaks; COVID-19; transparency.

1 Introdução

A COVID-19 veio para mudar as vidas da população, não só na questão da saúde, mas pelos seus efeitos econômicos, políticos, culturais, sociais e pessoais, os quais despertaram no mundo incertezas e uma aflição sobre os diversos aspectos sociais¹. Aos poucos, foi se espalhando por todo o mundo. Por sua vez, na América Latina, especificamente no Brasil, em 26 de fevereiro de 2020, foi relatado o primeiro caso e, apenas 24 horas depois, no México².

O cenário calamitoso da propagação da doença pelos países resultou na declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) de uma pandemia³, em 11 de março de 2020, após um relato de mais de 118 mil casos em 114 países e 4.291 mortes⁴.

Os primeiros impactos da pandemia foram sentidos pelo mundo e medidas eram instauradas e discursos são afirmados de que todos somos vulneráveis. Campanhas de fique em casa e orientações para aumentar as medidas de higiene, saúde e cuidados pessoais foram implementadas, surgindo uma remodelação das rotinas e formas de fazer as atividades habituais, e emerge um “novo normal”^{5 6 7}.

Na sequência eram sentidas as consequências econômicas que surgiam e se tornavam perceptíveis, por exemplo, no preço do petróleo, no mercado de ações e quase todas as áreas do mercado, marcando o início de uma crise econômica^{8 9}. Não diferente a esses fatos, os governos estaduais brasileiros e mexicanos res-

¹ MACKAY-CASTRO, C. R.; LEÓN-PALACIOS, B. V.; ZAMBRANO-NOBOA, H. A. Efectos del COVID-19 en el mercado laboral. *Domínio de las Ciencias*, v. 6, n. 3, p. 1368-1381, 2020.

² MUJERES ONU; CEPAL. *Cuidados na América Latina e no Caribe em tempos de COVID-19*: em direção a sistemas integrais para fortalecer a resposta e a recuperação. 2020.

³ Pandemia trata-se de uma epidemia formada pela propagação de uma doença infecciosa que se espalha entre a população. MORENS, David M.; FOLKERS, Gregory K.; FAUCI, Anthony S. *What is a pandemic?*. 2009.

⁴ Organização PanAmericana da Saúde (OPAS) *Folha informativa sobre COVID-19*. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:COVID-19&Itemid=875. Acesso em: 31 maio 2020.

⁵ BITTENCOURT, R. N. Pandemia, isolamento social e colapso global. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 19, n. 221, p. 168-178, 2020.

⁶ AMAYA, N. L. V. *Medidas fiscales de las entidades federativas ante COVID-19*: ante la emergencia sanitaria por el COVID-19, algunas entidades federativas han decidido establecer medidas fiscales para mitigar el impacto económico ocasionado a los contribuyentes. 2021. Disponível em: https://www.indetec.gob.mx/delivery?srv=0&sl=2&routel=/noticias_interes/MEDIDAS_FISCALES_DE_LAS_ENTIDADES_FEDERATIVAS_ANTE_COVID-19&ext=.pdf.

⁷ JAMALUDIN, S.; AZMIR, N. A.; AYOB, A. F. M.; ZAINAL, N. COVID-19 exit strategy: transitioning towards a new normal. *Annals of Medicine and Surgery*, v. 59, p. 165-217, 2020.

⁸ BAKER, T. H.; JUDGE, K. How to help small businesses survive COVID-19. *Columbia Law and Economics Working Paper*, n. 620, 2020.

⁹ DIAS, G. N.; PAMPLONA, V. M. S.; RODRIGUES, A. E.; VOGADO, G. E. R.; SILVA JUNIOR, W. L.; BARRETO, W. D. L.; BARBOSA, E. S.; ARAÚJO, J. C. O. Mathematical and statistical analysis of disease COVID-19 and implications for future projec-

ponderam, de forma igualitária, as medidas de segurança, seguindo o caso chinês, com utilização da quarentena de contenção da COVID-19^{10 11}. Porém, essa medida afetou a economia, com o fechando comércios e a consequente, redução das arrecadações para investimento na saúde e circulação da moeda^{12 13}.

Assim, os governos federais tanto do Brasil quanto do México lançaram diversas medidas políticas para combater a crise econômica, que foram descentralizadas para os governos estaduais, os quais aplicaram diferentes medidas, que envolveram desde incentivos fiscais, com postergação e isenção de tributos, incentivos à manutenção do emprego e a inclusão de programas de apoio aos vulneráveis^{14 15 16 17}. De fato, essas medidas políticas de caráter fiscais dos governos estaduais trazem consigo um paradoxo presente na capacidade de esses governos manterem as receitas provenientes de tributos, tentar controlar os gastos sociais e de saúde, evitar os riscos fiscais futuros e incapacidade de amparar a população^{18 19}.

Mesmo o Brasil sendo república federativa, é considerado um Estado que, de modo estrutural, é simultaneamente uma federação e uma república, regida pela constituição federal, trazendo dentre as suas diversas atribuições da União dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios, zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público. O México seu formato de governo é uma federação, um estado composto por regiões com governo próprio (estados) e unidas sob um Governo Federal, e os *estados* adotam, para seu regime interior, a forma de governo por leis e decretos.

A análise comparativa dos dois países é reforçada pelo entendimento dos governos subnacionais que permitiram a igualdade desses níveis de governos que estão mais próximos da demanda da população no período da pandemia (estados)^{20 21}. Isso permite a compreensão das proxies de mudanças das condições econômicas, de comunicação (digitais) e dos padrões contábeis adotados em países *code law* interagem e influenciam o

tions. *Research, Society and Development*, v. 9, p. 1-10, 2020.

¹⁰ WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Overview of public health and social measures in the context of COVID-19: interim guidance*, 18 May 2020. World Health Organization, 2020.

¹¹ ARAÚJO, J. C. O.; SOUZA, F. G.; GONCALVES, H. S.; LIMA, V. S. Incentivos fiscais estaduais para o combate os efeitos econômicos da pandemia do Coronavírus (COVID19): um estudo sobre os incentivos fiscais estaduais. In: GALVÃO, Nadieli Maria Santos; SANTANA, Alex Fabiano Bertollo (org.). *Transparência em tempos de pandemia*. Igatu, CE: Quipá, 2021. v. 1, p. 38-49.

¹² PECCI, A.; AVELLANEDA, C. N.; SUZUKI, K. Respuestas gubernamentales a la pandemia de COVID-19. *Revista de Administración Pública*, v. 55, n. 1, p. 1-11, 2021.

¹³ RENTERIA, C.; ARELLANO-GAULT, D. ¿Cómo interpreta y enfrenta un gobierno populista una crisis de salud? Evidencia de la respuesta populista mexicana a la COVID-19. *Revista de Administración Pública*, v. 55, p. 180-196, 2021.

¹⁴ LESLIE, T.; GOURLAY, C.; BYRD, J.; HANRAHAN, C.; ELVERY, S.; LIDDY, M.; SPRAGGON, B. Coronavirus data shows which countries have it under control: what did they do right. *ABC News (Australian Broadcasting Corporation)*, 2020.

¹⁵ AMAYA, N. L. V. *Medidas fiscales de las entidades federativas ante COVID-19: ante la emergencia sanitaria por el COVID-19, algunas entidades federativas han decidido establecer medidas fiscales para mitigar el impacto económico ocasionado a los contribuyentes*. 2021. Disponível em: https://www.indetec.gob.mx/delivery?srv=0&sl=2&rout=/noticias_interes/MEDIDAS_FISCALES_DE_LAS_ENTIDADES_FEDERATIVAS_ANTE_COVID-19&ext=.pdf.

¹⁶ ARAÚJO, J. C. O.; SOUZA, F. G.; ROBLES, E. M.; CELIS, L. M. M.; LAGIOIA, U. C. T. Fiscal policies for economic sustainability in COVID-19: what do subnational governments in Brazil and Colombia reveal. *Management and Administrative Professional Review*, [S. L.], v. 14, n. 4, p. 6636-6662, 2023.

¹⁷ PASCHOALOTTO, M. A. C.; LOPES, J. E. F.; OLIVEIRA, P. H. D.; BARROS, P. P. Performance of subnational governments in the COVID-19 pandemic: an analysis of the public and private health services in Brazil. *BAR-Brazilian Administration Review*, v. 19, 2022.

¹⁸ MONTEIRO, J. J.; RENGEL, R.; ROSA, F. S. da; LUNKES, R. J.; HASKEL, A. P. Reflexos da COVID-19 no Orçamento Público do Governo Federal. *Revista Gestão Organizacional*, v. 14, n. 1, p. 97-116, 2021.

¹⁹ ARAÚJO, J. C. O.; SILVA, K. M. S.; LIMA, F. E. G. V.; SILVA, A. S. Controladoria na gestão pública: um estudo na Unidade de Controle Interno (UCI) do município de Castanhal sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). *Brazilian Journal of Development*, v. 4, p. 3755-3772, 2018.

²⁰ SALOMÓN, M.; NUNES, C. A ação externa dos governos subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos. *Contexto Internacional*, v. 29, p. 99-147, 2007.

²¹ SETZER, J.; REI, F.; CUNHA, K. B. A Rio+ 20 e o quadro institucional pelo desenvolvimento sustentável: o papel dos governos subnacionais na governança ambiental global. *Revista de Direito Internacional*, v. 9, n. 3, p. 129-140, 2012.

comportamento da administração pública em relação à produção de informações de qualidade superior ou inferior em economias em desenvolvimento com históricos relevantes de crises econômicas^{22 23 24}.

O estudo das respostas fiscais e efeitos econômicos da COVID-19 pode auxiliar a compreensão da construção de sociedades adequadas no futuro^{25 26}. Considerando-se a heterogeneidade das medidas adotadas pelos países para enfrentamento da COVID-19, esse fato pode esclarecer as ações e os fatores estruturais, são mais significativos para a obtenção de bons resultados nas crises de saúde^{27 28}.

Nessa perspectiva, a Teoria da Comunicação permeia essas respostas fiscais aos efeitos econômicos, sendo utilizada para explicar a linguagem na perspectiva das informações contábeis^{29 30} e, neste trabalho, está diretamente relacionada com a comunicação entre governo e sociedade. Portanto, em relação à pesquisa, lançou-se como questão norteadora: quais as medidas fiscais adotadas pelos governos estaduais em resposta aos efeitos econômicos da COVID-19 no México e no Brasil? Para responder a essa pergunta, o estudo tem como objetivo as medidas fiscais dos governos locais em resposta aos efeitos econômicos da COVID-19, desenvolvendo reflexões nos diferentes contextos do México e do Brasil.

Refletir que todos os países responderam à crise, mas não ao mesmo tempo, não exatamente da mesma maneira, ou com a mesma força ou rigor. Reforça a compreensão sobre a razão de isso ocorrer e se essas respostas adotadas pelos países podem ser melhoradas para crises futuras, o que é uma questão crítica para estudos de política.

2 Antecedentes e referencial teórico

Inúmeras crises já devastaram o mundo, desde a Peste Negra (século XIV), a Gripe Espanhola de 1918, nos períodos Pós-guerra e diante a queda Bolsa de Valores de Nova York em 1929, que foi maior crise do capitalismo financeiros, conhecida como “A Grande Depressão”. Tais eventos foram causadores de inúmeros casos de mortes (suicídios) e de impactos sociais, gerando efeitos na economia, política e na vida das comunidades³¹.

Mesmo que esses casos se distingam entre si por serem pandemias virais ou crises financeiras, apresentam aspectos semelhantes quanto à inferência de ações e à necessidade da inserção de políticas públicas,

²² BALL, R.; ROBIN, A. WU, J. S. Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. *Journal of accounting and economics*, v. 36, n. 1-3, p. 235-270, 2003.

²³ BALL, R.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of accounting and economics*, v. 29, n. 1, p. 1-51, 2000.

²⁴ JONG, M.; HO, A. T. Emerging fiscal health and governance concerns resulting from COVID-19 challenges. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 2020.

²⁵ MUJERES ONU; CEPAL. *Cuidados na América Latina e no Caribe em tempos de COVID-19: em direção a sistemas integrais para fortalecer a resposta e a recuperação*. 2020.

²⁶ CORREIA NETO, C. de B.; ARAUJO, J. E. C.; PALOS, L. C. S.; SOARES, M. R. C. Tributação em tempos de pandemia. Câmara dos Deputados. *Estudo Técnico*, jun. 2020. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/40012/tributa%C3%A7%C3%A3o_pandemia_CorreiaNeto.pdf?sequence=4&isAllowed=y.

²⁷ COSCIEME, L.; FIORAMONTI, L.; MORTENSEN, L. F.; PICKETT, K. E.; LOVINS, I. K. H.; MCGLADE, J.; RAGNARS-DÓTTIR, K. V.; ROBERTS, D.; COSTANZA, R.; VOGLI, R. de; WILKINSON, R. Women in power: female leadership and public health outcomes during the COVID-19 pandemic. *MedRxiv*, 2020.

²⁸ SADIK-ZADA, E. R.; GATTO, A.; NIFTIYEV, I. E-government and petty corruption in public sector service delivery. *Technology Analysis & Strategic Management*, p. 1-17, 2022.

²⁹ DIAS FILHO, J. M. A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. *Caderno de Estudos*, p. 38-49, 2000.

³⁰ ARAÚJO, J. C. O.; SOUZA, F. G.; GOMES, A. P. da S. Incentivos gubernamentales frente al COVID-19: un estudio comparativo entre Brasil y Chile a la luz de la teoría de la comunicación. *Contabilidad y Negocios*, v. 18, n. 35, 10 mar. 2023.

³¹ MURSHED, S. M. Capitalism and COVID-19: Crisis at the Crossroads. *Peace Economics, Peace Science and Public Policy*, v. 26, n. 3, 2020.

que pudessem garantir assistência geração de empregos, nas condições de moradia, alimentação, saúde e, inclusive, de renda³².

No dia 31 de dezembro de 2019, foram iniciados os primeiros alertas da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre os casos de pneumonia na província de Hubei, cidade de Wuhan, na China. Chegando o mês de janeiro de 2020, confirmaram a identificação de um novo tipo coronavírus (SARS-CoV-2).

Em seguida a esse fato, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou um surto da doença, causada pelo novo coronavírus – COVID-19, estabelecendo, assim, uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)³³.

No mês de abril do ano de 2020, a COVID-19 havia alcançado proporções, atingindo 185 países, com milhões de casos confirmados e vítimas fatais. Fato esse, demonstra a tamanha velocidade de sua propagação e capacidade de disseminação, que se alastrava por todo o mundo³⁴.

Em uma conjuntura em que não há medicamentos específicos e se iniciava uma corrida para descoberta da vacina para COVID-19, se observavam diversas discussões sobre os efeitos da COVID-19, diante a sobrecargas dos sistemas de saúde, materiais, insumos, profissionais de saúde³⁵, econômicos, políticos, sociais e pessoais^{36 37}.

Frente a esse cenário de contágio, os governos passaram a adotar diversas medidas que refletiram em impactos em todos os países e suas economias. De modo que a pandemia do COVID-19 vem colocando à prova a capacidade dos líderes políticos de coordenar e testar suas respostas perante a demanda de serviços gerados^{38 39 40}.

A pandemia presente nos países disponibiliza um experimento natural, em que o problema de política enfrentado pelos governos estaduais são os mesmos. Entretanto, as respostas foram diferentes entre os estados, criando oportunidades comparativas sobre os instrumentos políticos utilizados e os fatores podem explicar as escolhas tomadas⁴¹.

Nesta conjuntura, a Teoria Crítica tem sido utilizada nos estudos na discussão sobre a adoção de instrumentos de apoio, com relação à comunicação de troca argumentativa, a qual incorpora uma perspectiva crítica e interpretativa⁴².

³² LEMOS, P.; ALMEIDA FILHO, N. de; FIRMO, J. COVID-19, desastre do sistema de saúde no presente e tragédia da economia em um futuro bem próximo. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, [S. L.], v. 2, n. 4, p. 39-50, 2020.

³³ Organização PanAmericana da Saúde (OPAS) *Folha informativa sobre COVID-19*. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:COVID-19&Itemid=875. Acesso em: 31 maio 2020.

³⁴ TAVARES, A. B.; SILVEIRA, F.; PAES-SOUSA, R. Proteção Social e COVID-19: a resposta do Brasil e das maiores economias da América Latina. *NAU Social*, v. 11, n. 20, p. 111-129, 2020.

³⁵ SÁNCHEZ-CRUZ, E.; MASINIRE, A.; LÓPEZ, E. V. The impact of COVID-19 on education provision to indigenous people in Mexico. *Revista de Administração Pública*, v. 55, p. 151-164, 2021.

³⁶ PECCI, A.; AVELLANEDA, C. N.; SUZUKI, K. Respuestas gubernamentales a la pandemia de COVID-19. *Revista de Administración Pública*, v. 55, n. 1, p. 1-11, 2021.

³⁷ MACKAY-CASTRO, C. R.; LEÓN-PALACIOS, B. V.; ZAMBRANO-NOBOA, H. A. Efectos del COVID-19 en el mercado laboral. *Dominio de las Ciencias*, v. 6, n. 3, p. 1368-1381, 2020.

³⁸ GOMES, P. Financial and non-financial responses to the COVID-19 pandemic: insights from Portugal and lessons for future. *Public Money & Management*, p. 1-3, 2021.

³⁹ AHMED, W.; ANGEL, N.; EDSON, J.; BIBBY, K.; BIVINS, A.; O'BRIEN, J. W.; CHOI, P.M.; KITAJIMA, M.; SIMPSON, S. L.; LI, J.; TSCHARKE, B.; VERHAGEN, R.; SMITH, W. J. M.; ZAUGG, J.; DIERENS, L.; HUGENHOLTZ, P.; THOMAS, K. V.; MUELLER, J. F. First confirmed detection of SARS-CoV-2 in untreated wastewater in Australia: A proof of concept for the wastewater surveillance of COVID-19 in the community. *Science of The Total Environment*, v. 728, p.138764, 2020.

⁴⁰ GOPINATH, G. Limiting the economic fallout of the coronavirus with large targeted policies. *IMF Blog*, 9 mar. 2020.

⁴¹ GOMES, P. Financial and non-financial responses to the COVID-19 pandemic: insights from Portugal and lessons for future. *Public Money & Management*, p. 1-3, 2021.

⁴² SODRÉ, E. Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, 2020.

2.1 Respostas fiscais e efeitos econômicos nos países

A resposta à crise da COVID-19 demonstra que a sociedade vislumbra o bem-estar humano que deve ser o cerne da política, e não o crescimento econômico⁴³. Esse ponto traz à discussão, no campo da economia, as lições que podem ser obtidas e são consideradas valiosas para mitigar as adversidades, à medida que os países navegam nas consequências econômicas.

Logo, uma das respostas extensiva à crise da COVID-19 deve admitir o trabalho gerado tanto da nova demanda como os que se mantiveram como parte integrante do sistema econômico que propicia o bem-estar humano^{44 45}.

Em alguns estudos, o tempo de respostas dos governos dos países foram discutidos, na forma de uma oportunidade de aprendizado e melhoria, lições consideradas duras, como foi o caso de Portugal, que considerou medidas não financeiras (regulação e flexibilidade) para o combate a COVID-19⁴⁶.

Nos Estados Unidos, a ausência de coordenação de políticas internacionais e a falta de liderança econômica cooperaram com a adotou estratégias semelhantes de outros países com relação a isolamento e paralisação das atividades não essenciais, não conseguiu evitar o aumento do desemprego e o impacto negativo nos mercados de capitais^{47 48}. Esse fato também foi sentido na Alemanha, pelos Mercados asiáticos e pela Europa, quando refletiu os efeitos da COVID-19 na queda dos rendimentos e na adoção dos governos por medidas de auxílios econômicos, frente a perda da renda⁴⁹.

No Brasil, as medidas de combate à COVID-19 foram instituídas pelos governos municipal, estadual e federal, os quais permearam diversas tensões ao corpo político, ocasionadas pelas decisões de isolamento social horizontal, a inevitabilidade de se manter a economia funcionando, repetida pela narrativa presidencial.

De acordo com as Nações Unidas Brasil, se considerados os diferentes cenários para o impacto da COVID-19 em relação ao crescimento do PIB global, as estimativas da OIT indicam um aumento no desemprego global entre 5,3 milhões (cenário de baixo impacto) e 24,7 milhões (cenário de alto impacto), a partir de um nível base de 188 milhões em 2019⁵⁰.

Nesse contexto, há, por um lado, os axiomas de discussão saúde, economia e proteção social, medidas adotadas em conjunto a fim de frear a disseminação da doença⁵¹. A crise colocou em xeque e desafiou os governos, para conter a pandemia e responder, ao mesmo tempo, aos seus efeitos econômicos e sociais, o

⁴³ SILVA, M. S. Política econômica emergencial orientada para a redução dos impactos da pandemia da COVID-19 no Brasil: medidas fiscais, de provisão de liquidez e de liberação de capital. 2020.

⁴⁴ WIRTZ, B. W.; BECKER, M.; WEYERER, J. C. Open government: development, concept, and future research directions. *International Journal of Public Administration*, p. 1-16, 2022.

⁴⁵ BAHN, K.; COHEN, J.; RODGERS, Y. V. D. M. A feminist perspective on COVID-19 and the value of care work globally. *Gender, Work & Organization*, v. 27, n. 5, p. 695-699, 2020.

⁴⁶ ITO, N. C.; PONGELUPPE, L. S. O surto da COVID-19 e as respostas da administração municipal: munificência de recursos, vulnerabilidade social e eficácia de ações públicas. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 782-838, 2020.

⁴⁷ GOMES, P. Financial and non-financial responses to the COVID-19 pandemic: insights from Portugal and lessons for future. *Public Money & Management*, p. 1-3, 2021.

⁴⁸ HUYNH, T. L. D. Does culture matter social distancing under the COVID-19 pandemic?. *Safety Science*, v. 130, p. 104872, 2020.

⁴⁹ MURSHED, S. M. Capitalism and COVID-19: Crisis at the Crossroads. *Peace Economics, Peace Science and Public Policy*, v. 26, n. 3, 2020.

⁵⁰ NICOLA, M.; ALSAFI, Z.; SOHRABI, C.; KERWAN, A.; AL-JABIR, A.; IOSIFIDIS, C.; AGHA, M.; AGHA, R. The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (COVID-19): A review. *International journal of surgery*, v. 78, p. 185-193, 2020.

⁵¹ INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Quase 25 milhões de empregos podem ser perdidos no mundo devido à COVID-19*. Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_738780/lang-pt/index.htm#:~:text=GENEBRA%20\(OIT%20Not%C3%ADcias\)%20%E2%80%93A,Internacion al%20do%20Trabalho%20\(OIT\)](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_738780/lang-pt/index.htm#:~:text=GENEBRA%20(OIT%20Not%C3%ADcias)%20%E2%80%93A,Internacion al%20do%20Trabalho%20(OIT).). Acesso em: 20 jun. 2020.

⁵² BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. Crescimento econômico com poupança externa?. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 23, p. 163-188, 2020.

que trouxe à tona uma grande dubiedade de ações, para governos municipais, estaduais e federal⁵². Consequentemente, as medidas governamentais ocasionam um aumento da dívida pública⁵³.

Essas medidas são distintas em cenários em que a população possui acesso aos serviços de saúde de forma gratuita e proteção à renda. No Brasil houve casos em que, em ambientes específicos, a população teve de optar em trabalhar para manter seu sustento⁵⁴.

Além disso, sistemas econômico e de saúde estavam em processo de reorganização, em que não houve clareza como funcionariam as diferentes agências governamentais, intensificando os efeitos de uma crise econômica histórica, caracterizados pela desigualdade educacional e social^{55 56}. Esse fato reforça, em relação às características, as condições socioeconômicas das comunidades e determinam a experiência de prevenção e confinamento⁵⁷.

Nesse escopo, quando a doença surgiu no México, foi implementado um sistema de vigilância epidemiológica sentinela, em vez de uma estratégia de testes massivos, para contar e relatar os casos. Ademais, as ações de mitigação não são obrigatórias, mas recomendações para a população em geral e para o setor privado^{58 59}.

Dessa forma, a educação ou consciência e decisões racionais sobre a mudança comportamental, associada à diminuição das taxas de contato efetivas, apresentaram-se as mesmas para indivíduos assintomáticos e sintomáticos no México⁶⁰.

Em alguns estudos, são apontados que, no caso mexicano, o aspecto econômico, efeitos políticos e administrativos da redução do populismo do presidente Lopez Obrador, vem estampando, negativamente, funcionários e organizações públicas^{61 62 63}. Essa imagem negativa enfraqueceram as instituições públicas e sua capacidade de lidar com a crise^{64 65}.

Nesse sentido, a escala dos impactos ocasionados pelo vírus, nos países, está ligada aos aspectos de saúde e decorre, basicamente, da rapidez como os governos respondem as implicações financeiras que se

⁵² NUSSBAUMER-STREIT, Barbara *et al.* Quarantine alone or in combination with other public health measures to control COVID-19: a rapid review. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, n. 9, 2020.

⁵³ ITO, N. C.; PONGELUPPE, L. S. O surto da COVID-19 e as respostas da administração municipal: munificência de recursos, vulnerabilidade social e eficácia de ações públicas. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 782-838, 2020.

⁵⁴ LEMOS, P.; ALMEIDA FILHO, N. de; FIRMO, J. COVID-19, desastre do sistema de saúde no presente e tragédia da economia em um futuro bem próximo. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 39-50, 2020.

⁵⁵ ISLAS, D. S. C.; ALEJANDRO, D. M. E.; ROJAS, R. F. Educación superior en México, COVID-19 y la respuesta emergente: el caso de la Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco. *Revista Ciencias y Humanidades*, v. 11, n. 11, p. 91-122, 2020.

⁵⁶ CALDERA-VILLALOBOS, C.; VELOZ, I. G.; MARÍNEZ-AVILA, N.; DELGADO-ENCISO, I.; ORIZ-CASTRO, Y.; CABRAL-PACHECO, G. A.; MARTINEZ-FIERRO, M. L. The Coronavirus Disease (COVID-19) challenge in Mexico: a critical and forced reflection as individuals and society. *Frontiers in public health*, v. 8, p. 337, 2020.

⁵⁷ MURSHED, S. M. Capitalism and COVID-19: Crisis at the Crossroads. *Peace Economics, Peace Science and Public Policy*, v. 26, n. 3, 2020.

⁵⁸ TORREALBA-RODRIGUEZ, O.; CONDE-GUTIÉRREZ, R. A.; HERNÁNDEZ-JAVIER, A. L. Modeling and prediction of COVID-19 in Mexico applying mathematical and computational models. *Chaos, Solitons & Fractals*, v. 138, p. 109946, 2020.

⁵⁹ SUÁREZ, V.; QUEZADA, M. S.; RUIZ, S. O.; JESÚS, E. R. Epidemiología de COVID-19 en México: del 27 de febrero al 30 de abril de 2020. *Revista clínica española*, v. 220, n. 8, p. 463-471, 2020.

⁶⁰ SÁNCHEZ-CRUZ, E.; MASINIRE, A.; LÓPEZ, E. V. The impact of COVID-19 on education provision to indigenous people in Mexico. *Revista de Administração Pública*, v. 55, p. 151-164, 2021.

⁶¹ RENTERIA, C.; ARELLANO-GAULT, D. ¿Cómo interpreta y enfrenta un gobierno populista una crisis de salud? Evidencia de la respuesta populista mexicana a la COVID-19. *Revista de Administración Pública*, v. 55, p. 180-196, 2021.

⁶² SUÁREZ, V.; QUEZADA, M. S.; RUIZ, S. O.; JESÚS, E. R. Epidemiología de COVID-19 en México: del 27 de febrero al 30 de abril de 2020. *Revista clínica española*, v. 220, n. 8, p. 463-471, 2020.

⁶³ CERVANTES HOLGUÍN, E.; GUTIÉRREZ SANDOVAL, P. R. Resistir la COVID-19. Intersecciones en la educación de Ciudad Juárez, México. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, v. 9, n. 3, 2020.

⁶⁴ ACOSTA, L.; XAVIER, F.; CHAVES, L. S. M.; SABINO, E. C.; SARAIVA, A. M.; SALLUM, M. A. M. Interfaces à transmissão e spillover do coronavírus entre florestas e cidades. *Estudos Avançados*, v. 34, p. 191-208, 2020.

⁶⁵ GUIBARRA, N. I. L.; SÁNCHEZ, J. C. A. Conferencias de prensa y COVID-19: explorando la respuesta gubernamental mexicana desde la comunicación en salud. *Revista española de comunicación en salud*, p. 128-141, 2020.

instauram a partir das restrições sociais e econômicas⁶⁶. Essa distinção ocorre devido às distinções sociais, econômicas, demográficas e culturais existentes entre os países do mundo⁶⁷.

A consequente redução da geração de renda das famílias nos países vem afetando a composição das receitas das organizações e da cadeia de valor que está envolvida, dado pela redução da demanda agregada de bens e serviços⁶⁸.

Nesse meio de incertezas, há o reforço da intervenção política pelos governos para evitar, não somente, mortes prematuras, mas evitar que haja resultados ainda mais negativos^{69 70}.

Desse modo o combate aos efeitos econômicos e sociais, diante dessas incertezas, exigirá medidas que consigam a estatização dos fluxos de renda (salário e receita das empresas), sendo necessária a inclusão de medidas que ampliem a oferta de crédito através das instituições públicas, tendo em vista que não há uma forma de obrigar as instituições privadas a aceitar tal risco, no momento de instabilidade^{71 72}.

A compreensão das respostas dos governos nacionais e estaduais à chegada do COVID-19 inclui a compreensão do tempo real *versus* o apropriado e os instrumentos para mitigar sua transmissão, ou determinar as razões para as divergências entre a intensidade real e ótima das medidas políticas adotadas para afetar os resultados de saúde pública⁷³. Esse fato reforça a indispensabilidade da disposição da informação, o detalhamento a cobertura da imprensa, dos governos e os dados do site de todo o mundo^{74 75}.

3 Metodologia

Avaliaram-se, neste trabalho qualitativo, com dados das páginas web dos governos estaduais do Brasil e México, entre 2020 e 2021, 58 estados, dos quais 27 estados brasileiros e 31 estados do México. Foram coletadas todas as informações de 26 de março de 2020 a 7 de maio de 2021. Foram avaliadas políticas federais e estaduais, estados, das quais 27 estados brasileiros apresentaram 128 iniciativas e 31 estados do México apresentaram 298 iniciativas.

A pesquisa qualitativa passa a ter como objetivo apresentar as medidas fiscais dos governos estaduais em resposta aos efeitos econômicos da COVID-19, desenvolvendo reflexões nos diferentes contextos dos países⁷⁶. Nesse ponto as análises são auxiliadas pelas redes temáticas, ou seja, se utilizam de todas as informações presente na web, de lei, decretos, notícias, que serão analisados por conteúdos e comparados entre si por estado e entre países.

⁶⁶ BHUSAL, M. K. The world after COVID-19: An opportunity for a new beginning. *International journal of scientific and research publications*, 2020.

⁶⁷ HENRION, C. T.; HENRÍQUEZ, D. I.; SCHOR-LANDMAN, C. *América Latina: sociedad, política y salud en tiempos de pandemias*. Valparaíso: Universidad de Valparaíso, 2021.

⁶⁸ LEMOS, P.; ALMEIDA FILHO, N. de; FIRMO, J. COVID-19, desastre do sistema de saúde no presente e tragédia da economia em um futuro bem próximo. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, [S. L.], v. 2, n. 4, p. 39-50, 2020.

⁶⁹ TORREALBA-RODRIGUEZ, O.; CONDE-GUTIÉRREZ, R. A.; HERNÁNDEZ-JAVIER, A. L. Modeling and prediction of COVID-19 in Mexico applying mathematical and computational models. *Chaos, Solitons & Fractals*, v. 138, p. 109946, 2020.

⁷⁰ PORRAS, A. R.; PITA, J. E. A. La economía mexicana en tiempos de la COVID-19. *Economía, Salud y Políticas Públicas*, p. 11, 2020.

⁷¹ MONROY-GÓMEZ-FRANCO, L. ¿Quién puede trabajar desde casa? Evidencia desde México. *Estudios Económicos*, v. 36, n. 1, p. 89-113, 2021.

⁷² PORRAS, A. R.; PITA, J. E. A. Los precios del petróleo y la actividad económica en México: Oil Prices and Economic Activity in Mexico. *Ensayos Revista de Economía*, v. 40, n. 2, p. 159-188, 2021.

⁷³ NUSSBAUMER-STREIT, Barbara *et al.* Quarantine alone or in combination with other public health measures to control COVID-19: a rapid review. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, n. 9, 2020.

⁷⁴ HALE, T.; ANGRIST, N.; GOLDSZMIDT, R.; KIRA, B.; PETHERICK, A.; PHILLIPS, T.; WEBSTER, S.; CAMERON-BLAKE, E.; HALLAS, L.; MAJUMDAR, S.; TATLOW, H. Oxford COVID-19 government response tracker (OxCGRT). *Last updated*, v. 8, p. 30, 2020.

⁷⁵ Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). *Risks that matter 2020: the long reach of COVID-19*. Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/risks-that-matter-2020-the-long-reach-of-covid-19-44932654/>.

⁷⁶ ATTRIDE-STIRLING, J. Thematic networks: an analytic tool for qualitative research. *Qualitative research*, v. 1, n. 3, p. 385-405, 2001.

As análises foram realizadas com o auxílio do software *Interface de R pour Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (Iramuteq)*. O Iramuteq permite a realização de análise de conteúdo com uso de estatísticos sobre corpus textuais e matriz, realizada sobre tabelas indivíduos/palavras. Portanto, esse processo de análise dos dados permite avaliar a organização e separar as informações, proporcionando a localização dos segmentos de texto, além da codificação⁷⁷.

A partir das informações coletadas, foi desenvolvida uma análise textual composta por uma avaliação de palavras adotadas nas medidas fiscais para o enfrentamento da COVID-19, nos países de estudo, sendo realizada por meio da utilização de um *software*, *Iramuteq 2.0*.

O processo de análise de conteúdo foi realizado por meio da análise método Reinert, nuvem de palavras, árvore de similitude, para auxiliar na comparação das respostas fiscais dos governos estaduais aos efeitos econômicos da COVID-19, para auxiliar a comparação das medidas analisadas, delineando as observações entre os diferentes contextos dos países ao combaterem um problema comum.

4 Resultados e discussões

4.1 Governos Estaduais e as medidas fiscais na COVID-19

Os impactos da última crise global se manifestaram de maneiras e intensidades distintas na transmissão de seus efeitos entre os países, o que pode ser observado ao se analisar suas variações. Portanto, restou a escolha de quais tipos de intervenções ou instrumentos de política públicas serão empregados para o enfrentamento da COVID-19^{78 79}.

Nesse contexto, a discussão do uso de um conjunto de decretos e regulamentos por diferentes estados dos países pode ser explicada pelo interesse público em reforçar a perspectiva de proteção social e acesso a informações úteis sobre a COVID-19^{80 81}.

No Brasil os governos estaduais inseriram um conjunto de medidas para o enfrentamento da COVID-19, que não foram adotadas de modo uniforme, afetando cada região de maneira diferente e conseqüentemente, gerando choques recessivos díspares. Para Fingleton, Garretsen e Martin⁸², os choques recessivos tendem a diminuir as taxas de crescimento de longo prazo dos países, podendo camuflar fatores desfavoráveis para cada estado.

No contexto dos estados, isto ocorreu quando as medidas fiscais de caráter tributário foram aplicadas de modo distinto⁸³. Tal questão dessa distinção está associada ao sistema econômico da região, a depender

⁷⁷ CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

⁷⁸ LAURELL, A. C. "TETELBOIN HENRION, C.; ITURRIETA HENRÍQUEZ, D.; SCHOR-LANDMAN, C. *América Latina: sociedad, política y salud en tiempos de Pandemias*. CLACSO/Universidad Autónoma de Metropolitana UAM. Buenos Aires y Xochimilco. Pp. 382." *Espacio Abierto*, v. 30, n. 2, p. 163-167, 2021.

⁷⁹ ARAÚJO, J. C. O.; SOUZA, F. G.; GOMES, A. P. da S. Incentivos gubernamentales frente al COVID-19: un estudio comparativo entre Brasil y Chile a la luz de la teoría de la comunicación. *Contabilidad y Negocios*, v. 18, n. 35, 10 mar. 2023.

⁸⁰ NAKABAYASHI, M. Optimal tax rules and public sector efficiency with an externality in an overlapping generations model. *Journal of Public Economics*, v. 94, n. 11-12, p. 1028-1040, 2010.

⁸¹ ARAÚJO, J. C. O.; SOUZA, F. G.; ROBLES, E. M.; CELIS, L. M. M.; LAGIOIA, U. C. T. Fiscal policies for economic sustainability in COVID-19: what do subnational governments in Brazil and Colombia reveal? *Management and Administrative Professional Review*, [S. L.], v. 14, n. 4, p. 6636-6662, 2023.

⁸² FINGLETON, Bernard; GARRETSEN, Harry; MARTIN, Ron. Recessionary shocks and regional employment: evidence on the resilience of UK regions. *Journal of regional science*, v. 52, n. 1, 2012.

⁸³ PIOVESAN, F.; ANTONIAZZI, M. M. Interdependência e indivisibilidade dos Direitos Humanos: um novo olhar para o COVID-19. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 11, n. 2, 2021.

da estrutura produtiva⁸⁴. Mas, no período da COVID-19, consideraram-se outros aspectos como nível de comoção estadual, por exemplo, como foi o caso da isenção das taxas de 4% de Imposto de Transmissão de Causa Mortis (ITCMD), sobre o valor da transferência de bens. Na Tabela 1, demonstram-se as medidas realizadas sobre os principais tributos nos 27 estados Brasileiros.

Tabela 1 – Resumo das medidas tributárias estaduais no Brasil

IMPOSTOS	Medida	Estados
<i>Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação</i> –ITCMD	Isenção	São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Ceará e Acre
	Prorrogação	Rondônia e Tocantins
	Parcelamento	Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Distrito Federal, Maranhão, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Rio grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Piauí.
Impostos de circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	Isenção	Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso e Paraíba
	Prorrogação	Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Piauí e Santa Catarina
	Parcelamento	Pernambuco, Amapá, Mato grosso do Sul, Pará e Paraná
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (<i>IPVA</i>)	Isenção	Não houve
	Prorrogação	Rondônia, Tocantins, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, Paraíba, Mato Grosso e Goiás
	Parcelamento	Mato Grosso do Sul, Goiás, Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Pará, Sergipe, Piauí, Santa Catarina.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na Tabela 1, reporta-se que, no Brasil, os incentivos fiscais e estaduais são diferentes entre os estados, sendo adotados isenções, prorrogações e parcelamentos para os impostos de circulação de mercadorias e serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (*IPVA*) e *Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação*(ITCMD).

Os governos estaduais do Brasil aplicaram a maior parte de suas ações direcionadas em apoio à população e à manutenção de empresas de produtos essenciais, que, nesse processo de pandemia, já seriam be-

⁸⁴ FLAUZINA, A. L. P.; PIRES, T. R. O. Políticas da morte: COVID-19 e os labirintos da cidade negra. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, n. 2, 2020.

neficiadas pela necessidade de aquisições de produtos. Apresenta as medidas de caráter estaduais adotadas pelos estados^{85 86}.

Em caráter federal, atribuíram-se outros importantes como: auxílio emergencial, garantir aos brasileiros uma renda mínima durante o período da pandemia e que tem um impacto significativo na economia do país será de 2,5% do PIB brasileiro de 2019^{87 88}.

Outra medida federal foi a prorrogação de pagamento e declaração do Imposto de renda pessoa física e jurídica, além de prorrogações e parcelamentos de dívidas da União⁸⁹.

No México, após os 178 dias da identificação do primeiro caso, houve 454.322 pessoas infectadas e 46 688 mortes⁹⁰. A gestão nacional da saúde no país foi marcada por uma preocupante tensão política e impasses entre o governo federal e os estados durante a crise, que começaram a ter índices crescentes de contaminados e mortes⁹¹. Para Renteria, Arellano-Gault, os estados mexicanos começaram a criticar a inércia do governo e a ineficiência das escolhas políticas.⁹²

O mês de maio para os estados mexicanos foram cruciais, pois foram marcados pela força dos governantes estaduais em recusarem-se a implementarem medidas do governo federal para retomada da economia^{93 94 95}.

Os estados mexicanos adotaram as seguintes medidas para amenizar a queda do emprego e renda durante a pandemia: Aguascalientes, Colima, Durango, Hidalgo, Michoacán, Sinaloa, SLP, Zacatecas e Guanajuato. Os efeitos econômicos negativos da COVID-19 já estão sendo sentidos Nayarit, e nos estados de Morelos e Puebla, os quais são considerados problemáticos, por não conseguirem manter o fluxo de receitas^{96 97}.

⁸⁵ MARTINS, M. M. V.; MENDES, C. S. Eficiência das políticas de inovação nos setores industriais brasileiros: sugestões para a crise da COVID-19. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 11, n. 1, 2021.

⁸⁶ PECL, A.; AVELLANEDA, C. N.; SUZUKI, K. Respuestas gubernamentales a la pandemia de COVID-19. *Revista de Administración Pública*, v. 55, n. 1, p. 1-11, 2021.

⁸⁷ LIMA, L. C. C.; GONÇALVES, A. F.; REI, F. C. F.; LIMA, C. B. de C. Compliance em tempos de calamidade pública: análise sobre a flexibilização da transparência de dados e informações durante o enfrentamento da COVID-19 no Brasil. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 11, n. 1, 2021.

⁸⁸ COSTA, E. de F.; FREIRE, M. A. dos S. Estudo de avaliação do programa de auxílio emergencial: uma análise sobre focalização e eficácia a nível municipal. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 3, p. 24363-24387, 2021.

⁸⁹ TAVARES, A. B.; SILVEIRA, F.; PAES-SOUSA, R. Proteção Social e COVID-19: a resposta do Brasil e das maiores economias da América Latina. *NAU Social*, v. 11, n. 20, p. 111-129, 2020.

⁹⁰ Gobierno del Estado de Ciudad del Mexico. *Financiamiento por la emergencia sanitaria del COVID-19*. 2021. Disponível em: <https://tramites.cdmx.gob.mx/inicio/>.

⁹¹ HENAO-KAFFURE, L.; PEÑALOZA, G. A critical perspective on pandemics and epidemics: building a bridge between public health and science education. *Cultural Studies of Science Education*, p. 1-17, 2021.

⁹² RENTERIA, C.; ARELLANO-GAULT, D. ¿Cómo interpreta y enfrenta un gobierno populista una crisis de salud? Evidencia de la respuesta populista mexicana a la COVID-19. *Revista de Administración Pública*, v. 55, p. 180-196, 2021.

⁹³ TAVARES, A. B.; SILVEIRA, F.; PAES-SOUSA, R. Proteção Social e COVID-19: a resposta do Brasil e das maiores economias da América Latina. *NAU Social*, v. 11, n. 20, p. 111-129, 2020.

⁹⁴ MONROY-GÓMEZ-FRANCO, L. Los impactos distributivos del COVID-19 en México: un balance preliminar. *Center for Open Science*, 2021.

⁹⁵ MARTÍNEZ, M. E. C.; PETCH, F.; SEGOVIA, R. La gobernanza global de la salud y los límites de las redes de expertos en la respuesta al brote de la COVID-19 en México. *Foro Internacional*, v. 61, n. 2, p. 469-506, 2021.

⁹⁶ AMAYA, N. L. V. *Medidas fiscales de las entidades federativas ante COVID-19*: ante la emergencia sanitaria por el COVID-19, algunas entidades federativas han decidido establecer medidas fiscales para mitigar el impacto económico ocasionado a los contribuyentes. 2021. Disponível em: https://www.indetec.gob.mx/delivery?srv=0&sl=2&route=/noticias_interes/MEDIDAS_FISCALES_DE_LAS_ENTIDADES_FEDERATIVAS_ANTE_COVID-19&ext=.pdf.

⁹⁷ LAURELL, A. C. "TETELBOIN HENRION, C.; ITURRIETA HENRÍQUEZ, D.; SCHOR-LANDMAN, C. *América Latina: sociedad, política y salud en tiempos de Pandemias*. CLACSO/Universidad Autónoma de Metropolitana UAM. Buenos Aires y Xochimilco. Pp. 382." *Espacio Abierto*, v. 30, n. 2, p. 163-167, 2021.

Os estados de Guerrero, Jalisco, Morelos, Oaxaca e Chiapas estão perdendo sua capacidade anticíclicas durante a pandemia^{98 99 100}. Na Tabela 2, demonstram-se as medidas realizadas sobre as principais medidas fiscais nos 32 estados mexicanos.

Tabela 2 – Resumo das medidas tributárias estaduais no México

IMPUESTOS	Medida	Estados
Control Vehicular	Descuento	Guanajuato, Quintana Roo, Sinaloa
	Exención	San Luis Potosi
	Extensión	Aguas Calientes, Campeche, Colima, Guanajuato, Guerrero, Jalisco, México Edo., Morelos, Puebla, Sinaloa, Zacateca
Impuesto sobre Espectáculos	Descuento	Aguas Calientes
Impuesto sobre Nómina	Descuento	Aguas Calientes, Durango, Hidalgo,
	Suspensión	Chihuahua, Nayarit, Sonora
	Exención	Colima
	Extensión	Baja California Norte, Baja California Sul, Colima, Guanajuato, Quintana Roo, Tlaxcala, Yucatán
Impuesto a la Venta Final de Bebidas con Contenido Alcohólico	Descuento	Nayarit, Sonora, Guanajuato, Queretaro
	Extensión	Yucatán
Impuestos Estatales	Descuento	Colima
	Suspensión	Chiapas, Ciudad del México, Guerrero, Hidalgo
	Extensión	Ciudad del México, Durango, Guanajuato
Impuesto por Prestación del Servicio de Hospedaje.	Exención	Colima, Chihuahua, Guerrero, Hidalgo, Michoacan, Oaxaca, Puebla, Queretaro, San Luis Potosi, Yucatán, Zacateca,
	Extensión	Quintana Roo, Sinaloa, Sonora
Impuesto Sobre Ejercicio de Profesiones	Extensión	Colima, Michoacan, Quintana Roo, Sonora,
Impuesto Adicional Universitario	Descuento	Chihuahua
Impuesto sobre Remuneraciones	Descuento	Guerrero
	Exención	Nuevo Leon
Impuesto sobre Erogaciones por Remuneraciones al Trabajo Personal	Descuento	Oaxaca
	Extensión	Morelos, Michoacán, Veracruz de Ignacio de la Llave
	Exención	Puebla, San Luis Potosi
Impuesto Sobre la Realización de Juegos con Apuestas y Sorteos	Exención	Puebla
Impuesto Sobre Extracción de Materiales del Suelo y Subsuelo	Extensión	Quintana Roo,

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na Tabela 2, demonstra-se que as variadas respostas estaduais são fatores que contribuíram para a diversidade dos impactos da crise. Portanto, a compreensão das questões regionais dispersa dos impactos das crises pode permitir um aperfeiçoamento na implementação das políticas anticíclicas por parte do governo, permitindo mitigar os efeitos danosos da pandemia nas regiões mais vulneráveis.

⁹⁸ MARTÍNEZ, M. E. C.; PETCH, F.; SEGOVIA, R. La gobernanza global de la salud y los límites de las redes de expertos en la respuesta al brote de la COVID-19 en México. *Foro Internacional*, v. 61, n. 2, p. 469-506, 2021.

⁹⁹ MONROY-GÓMEZ-FRANCO, L. ¿Quién puede trabajar desde casa? Evidencia desde México. *Estudios Económicos*, v. 36, n. 1, p. 89-113, 2021.

¹⁰⁰ LÓPEZ, M. V.; GONZÁLEZ, M. A. M.; ROMERO, L. Q.; PAEZ, C. S.; ASCENCIAO, F. L. Impacto de la COVID-19 en las remesas y sus efectos contracíclicos en las economías regionales en México. *Contaduría y administración*, v. 65, n. 4, p. 1, 2020.

Dentre as informações da Tabela 2, ressaltam-se algumas informações das cidades de Colima, Chiapas, Cidade do México, Chihuahua, Nuevo Leon, Puebla e Quintana Roo. Estas tiveram mais de uma medida de impostos aplicados.

No Estado Colima, de março, abril e maio de 2020, é perdoado 100% do recolhimento do Imposto sobre a Folha de Pagamento, para contribuintes cuja força de trabalho formal e cadastrada seja de 1 a 10 trabalhadores. De março a dezembro do exercício fiscal de 2020, o Imposto sobre a Folha de Pagamento foi de 100% isento para Municípios e seus Órgãos Públicos Descentralizados e Órgãos Operadores de Água^{101 102}.

No Estado de Chiapas houve a suspensão de todos os prazos para o cumprimento das obrigações fiscais estaduais. Essa medida foi implementada em decorrência da contingência sanitária derivada da COVID-19. Publicado no Jornal Oficial do Estado em 1º de abril de 2020¹⁰³.

No Estado de Chihuahua quem provasse que estar quites com suas obrigações fiscais da competência de 2020, terá o equivalente a 25% de desconto do total do recolhimento do Imposto Adicional Universitário pela prestação do serviço realizado¹⁰⁴.

Na cidade de México, há suspensão de prazos e prazos para a prática de ações e procedimentos em procedimentos administrativos, tais como: Iniciação, fundamentação, notificações, intimações, citações, requerimentos, acordos, processos, resoluções, recursos de desacordo, revogação ou qualquer outro meio de defesa e outras ações¹⁰⁵. Prolongam os prazos para o cumprimento das obrigações tributárias constantes do Código Tributário da Cidade do México, que consistem na apresentação de declarações e pagamentos a serem efetuados em abril de 2020¹⁰⁶.

No Estado de Nuevo Leon as pessoas físicas e jurídicas, cuja receita bruta para o cálculo do Imposto de Renda, relativo ao exercício de 2019, não excederam 4 milhões de pesos, e tinham uma força de trabalho de 1 a 10 funcionários diretos; bem como aqueles que se dedicavam às seguintes atividades econômicas: restaurantes, restaurantes-bares, hotéis, cassinos, academias, teatros, bares, cinemas e serviços de entretenimento. Obtiveram isenção do pagamento do Imposto sobre a Folha de Pagamento, nos meses de março, abril e maio do exercício de 2020¹⁰⁷.

No Estado de Puebla o Imposto sobre Despesas com Remuneração ao Trabalho Pessoal, teve 100% das isenções dos pagamentos relativos as: taxas e atualizações do quadro de empregados (somente para aqueles que empregaram mais de 50 trabalhadores). Além disso, houveram postergações de pagamento desse imposto. Por exemplo, os impostos relativos ao ano fiscal de 2020, que iriam ser pagos nos meses de abril, maio e junho, passaram a ter novo prazo para pagamentos de julho, agosto e setembro, respectivamente¹⁰⁸.

¹⁰¹ AMAYA, N. L. V. *Medidas fiscales de las entidades federativas ante COVID-19*: ante la emergencia sanitaria por el COVID-19, algunas entidades federativas han decidido establecer medidas fiscales para mitigar el impacto económico ocasionado a los contribuyentes. 2021. Disponível em: https://www.indetec.gob.mx/delivery?srv=0&sl=2&routel=/noticias_interes/MEDIDAS_FISCALES_DE_LAS_ENTIDADES_FEDERATIVAS_ANTE_COVID-19&ext=.pdf.

¹⁰² MONROY-GÓMEZ-FRANCO, L. ¿Quién puede trabajar desde casa? Evidencia desde México. *Estudios Económicos*, v. 36, n. 1, p. 89-113, 2021.

¹⁰³ Gobierno del Estado de Chiapas. *Protección al empleo formal*. 2021. Disponível em: <https://planprotege.chiapas.gob.mx/>.

¹⁰⁴ AMAYA, N. L. V. *Medidas fiscales de las entidades federativas ante COVID-19*: ante la emergencia sanitaria por el COVID-19, algunas entidades federativas han decidido establecer medidas fiscales para mitigar el impacto económico ocasionado a los contribuyentes. 2021. Disponível em: https://www.indetec.gob.mx/delivery?srv=0&sl=2&routel=/noticias_interes/MEDIDAS_FISCALES_DE_LAS_ENTIDADES_FEDERATIVAS_ANTE_COVID-19&ext=.pdf.

¹⁰⁵ MARTÍNEZ, M. E. C.; PETCH, F.; SEGOVIA, R. La gobernanza global de la salud y los límites de las redes de expertos en la respuesta al brote de la COVID-19 en México. *Foro Internacional*, v. 61, n. 2, p. 469-506, 2021.

¹⁰⁶ Gobierno del Estado de Ciudad del Mexico. *Financiamiento por la emergencia sanitaria del COVID-19*. 2021. Disponível em: <https://tramites.cdmx.gob.mx/inicio/>.

¹⁰⁷ AMAYA, N. L. V. *Medidas fiscales de las entidades federativas ante COVID-19*: ante la emergencia sanitaria por el COVID-19, algunas entidades federativas han decidido establecer medidas fiscales para mitigar el impacto económico ocasionado a los contribuyentes. 2021. Disponível em: https://www.indetec.gob.mx/delivery?srv=0&sl=2&routel=/noticias_interes/MEDIDAS_FISCALES_DE_LAS_ENTIDADES_FEDERATIVAS_ANTE_COVID-19&ext=.pdf.

¹⁰⁸ Gobierno del Estado de Puebla. *Consulta la convocatoria del programa de apoyo para OSC en la modalidad contingente*. 2021. Disponível em:

No Estado de Quintana Roo, houve um estímulo fiscal de desconto de 100% para titulares de veículos, que ao longo do ano se mantiveram sem dívidas ou adquiriram veículos novos, no prazo de até 30 dias antes do vencimento da data da fatura do imposto veicular antigo. Ademais, esse estado apresentou isenção para imposto para produtos minerais^{109 110}.

O México adotou as seguintes medidas: prorrogações e medidas de negociações de impostos veiculares, 100% desconto para imposto veicular na aquisição de veículos usados, redução de impostos de hospedagem para estados turísticos, isenção de 100% dos impostos de hospedagem, e estímulos fiscais para pagamento de despesas com trabalhadores¹¹¹.

Adotaram-se medidas em todos os estados mexicanos de redução de tributos na folha de pagamento, assim como o perdão de 100% das dívidas imposto sobre a folha de pagamento para empresas com menos de 20 trabalhadores, como em Zacateca^{112 113}.

No governo do México, apesar de medidas diferentes entre os governos, observou-se que foram atribuídas medidas iguais sobre folha de pagamento e diferentes para estados turísticos, tendo isenções. Houve medidas para impostos sobre veículos automotores comuns entre os países de estudo e os esforços para o combate à COVID-19 foram redobrados, na questão de garantir recursos financeiros aos governos¹¹⁴.

Além disso, avalia-se que os esforços também devem ser realizados nomeadamente na área da fiscalização e cobrança, em ambos os países, para recuperar as finanças públicas. Ainda que as medidas sejam incluídas, podem não ser adotadas integralmente pelos contribuintes, que, no período da pandemia, reconhecem suas obrigações, mas não têm recursos suficientes para honrá-las, e, portanto, isto impacta a obtenção das receitas públicas de cada país^{115 116}.

De acordo Blazek e Netrdová¹¹⁷, as respostas distintas a impactos regionais a uma crise associam-se à situação macroeconômica inicial, à estrutura territorial e aos padrões econômicos de cada região. Para Maher, Hoang, Trang; Hindery¹¹⁸, a crise trouxe inflexões sobre sua trajetória de desenvolvimento de curto e de longo-prazo, criam imperativos para mudanças nos hábitos, rotinas, convenções e políticas, não somente para mitigar seus efeitos, mas também para a preparação para crises futuras.

Para Davies¹¹⁹, a habilidade das autoridades políticas busca garantir um planejamento efetivo e estratégias de implementação como respostas aos problemas econômicos, sociais e fiscais.

<https://www.puebla.gob.mx/es/gobierno/comunicados/consulta-la-convocatoria-del-programa-de-apoyo-para-osc-en-la-modalidad>.

¹⁰⁹ MENDOZA, A. F.; GÓMEZ, G. C.; VERDÍA, C. C. P.; HAZIN, M. S. *El financiamiento de la banca de desarrollo para un gran impulso ambiental en México en los tiempos del COVID-19*. Cepal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46578>.

¹¹⁰ Gobierno del Estado de Quintana Roo. *Acciones para juntos enfrentar el COVID-19*. 2021. Disponível em: <https://qroo.gob.mx/inicio/>.

¹¹¹ AMAYA, N. L. V. *Medidas fiscales de las entidades federativas ante COVID-19*: ante la emergencia sanitaria por el COVID-19, algunas entidades federativas han decidido establecer medidas fiscales para mitigar el impacto económico ocasionado a los contribuyentes. 2021. Disponível em: https://www.indetec.gob.mx/delivery?srv=0&sl=2&route=/noticias_interes/MEDIDAS_FISCALES_DE_LAS_ENTIDADES_FEDERATIVAS_ANTE_COVID-19&ext=.pdf

¹¹² ACOSTA, L. D. Capacidad de respuesta frente a la pandemia de COVID-19 en América Latina y el Caribe. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 44, 2020.

¹¹³ Gobierno del Estado de Zacateca. *De formación para el capital humano*. 2021. Disponível em: <https://stps.zacateca.gob.mx/>.

¹¹⁴ MENDOZA, A. F.; GÓMEZ, G. C.; VERDÍA, C. C. P.; HAZIN, M. S. *El financiamiento de la banca de desarrollo para un gran impulso ambiental en México en los tiempos del COVID-19*. Cepal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46578>.

¹¹⁵ PECI, A.; AVELLANEDA, C. N.; SUZUKI, K. Respuestas gubernamentales a la pandemia de COVID-19. *Revista de Administración Pública*, v. 55, n. 1, p. 1-11, 2021.

¹¹⁶ ACOSTA, L. D. Capacidad de respuesta frente a la pandemia de COVID-19 en América Latina y el Caribe. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 44, 2020.

¹¹⁷ BLAŽEK, Jiří; NETRDOVÁ, Pavlína. Impactos regionais da crise financeira global no desemprego nos novos estados membros da UE na Europa Central e Oriental. *Estudos Urbanos e Regionais Europeus*, v.1, pág.42-61, 2012.

¹¹⁸ MAHER, C. S.; HOANG, T.; HINDERY, A. Fiscal responses to COVID-19: Evidence from local governments and nonprofits. *Public Administration Review*, v. 80, n. 4, p. 644-650, 2020.

¹¹⁹ DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política. Boitempo Editorial, 2017.

Ressalta-se que, tanto no Brasil como no México, a resposta dos governos à COVID-19, em nível federal, foi conflituosa entre o corpo técnico e corpo político. Essa tensão surgiu pela dicotomia da implementação de medidas de isolamento social e o dever de manter a economia funcionando, sendo reforçadas pelo discurso de ambos os presidentes, que privilegiaram a economia em detrimento às ações de prevenção à doença^{120 121}.

A discussão apresentada permite reforçar que as economias regionais reagirão, de formas diversas, aos problemas econômicos, o que pode exercer influências sobre os padrões de disparidades regionais e de desenvolvimento regional desigual de cada país^{122 123}.

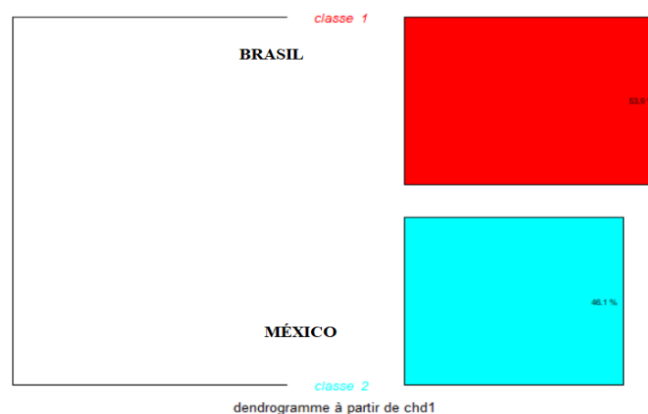
4.2 Comparação das respostas fiscais na COVID-19

No estudo foram obtidas respostas com base no *corpus* textual, constituído 2 unidades (classes) de texto inicial, divididos 352 segmentos de texto (STs). Destes, 352 foram catalogados 271 STs, possui 13197 ocorrências, média de formas por segmento 37.491477, com formas ativa de frequência $\geq 3:543$, com 2 clusters, apresentando 76,99% de aproveitamento da UCE.

O modelo de dados carregados no *Iramuteq* alcança bons resultados e garante a confiabilidade da classificação hierárquica de descentes (CHD), quando se tem o índice máximo da Unidade de contexto elementar – UCE de 70%, considerado aceitável para tratamento de dados no software¹²⁴.

Após esse processamento, foram identificados e analisados os domínios textuais, que resultaram em 2 *clusters*: *clusters* 1 cobrindo 53,87% (146 de 271 st), respostas fiscais no Brasil: *clusters* 2 cobrindo 46,13% (125 de 271 st), respostas fiscais no México, as quais foram sintetizadas e explicadas conforme dendrograma na Figura 1.

Figura 1 – Dendrograma de palavras respostas à COVID-19, Brasil e México



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

¹²⁰ MANFREDI-SÁNCHEZ, J. L.; AMADO-SUÁREZ, A.; WAISBORD, S. Twitter presidencial ante la COVID-19: Entre el populismo y la política pop. *Comunicar*. Revista Científica de Comunicación y Educación, v. 29, n. 66, p. 83-94, 2021.

¹²¹ BRESSER-PEREIRA, L. C. Financiamento da COVID-19, inflação e restrição fiscal. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, p. 604-621, 2020.

¹²² PORRAS, A. R.; PITA, J. E. A. La economía mexicana en tiempos de la COVID-19. *Economía, Salud y Políticas Públicas*, p. 11, 2020.

¹²³ ITO, N. C.; PONGELUPPE, L. S. O surto da COVID-19 e as respostas da administração municipal: munificência de recursos, vulnerabilidade social e eficácia de ações públicas. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 782-838, 2020.

¹²⁴ CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

Mesmo o México contendo mais estados que o Brasil, a soma das medidas realizadas para medidas fiscais no Brasil foi elevada nos estados, sendo sinalizado que o ICMS foi o tributo brasileiro que mais teve decretos de prorrogações para prazo de pagamentos, seguido do Imposto de veículos Automotores.

No México os benefícios fiscais que mais se destacaram com ajustes foram os vinculados a veículos, seguido *Impuesto por Prestación del Servicio de Hospedaje e Impuesto sobre Nómina*.

Em relação às análises de ambas, estas evidenciaram os termos: “tax”, “payment”, “percent”, “state”, referentes a uma perspectiva de métodos que garantam a receita dos estados para sua manutenção e a preocupação com atividades serviço. Ambos os resultados corroboram os resultados da pesquisa Tavares, Silveira, Paes-Sousa.¹²⁵ E o tempo de resposta parece ser relevante para o sucesso das políticas públicas. Além disso, a suficiência das medidas precisa ser melhor explorada e a falta de coordenação entre os diferentes níveis estaduais pode ser um sério complicador, que marca, ainda mais, as disparidades entre os estados. A partir do método de nuvem de palavras, foi possível realizar uma análise léxica que possibilita o agrupamento das palavras e as organiza de modo gráfico em função da sua frequência em que o tamanho das palavra indica o grau de importância no *corpus* textual (figura 3).

Figura 2 – Nuvem de palavras



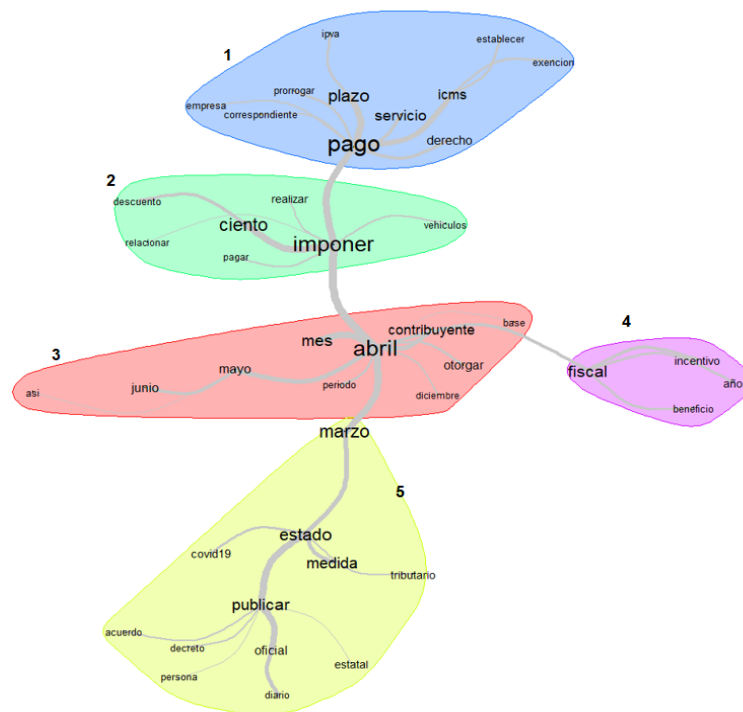
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A respeito das evidências encontradas na Figura 2, nuvem de palavras, as palavras com maior frequência na pesquisa referem-se aos nomes que mais foram empregados, como “imponer”, “estado”, “pago”, “abril”, “icms”, “medida”, “servicio”, “plazo” e “fiscal”. Essas informações evidenciam os destaques nas respostas fiscais analisadas. O uso da nuvem de palavras permite avaliar uma dimensionalidade, identificar outliers e sugerir hipóteses sobre pontos semelhantes entre leis, decretos e normativas entre os países de estudo. Para isso, foram evidenciados os termos, na classificação das palavras, que possuem o qui quadrado maior que 3,80 e com o “p” menor que 0,05, significativo.

¹²⁵ TAVARES, A. B.; SILVEIRA, F.; PAES-SOUSA, R. Proteção Social e COVID-19: a resposta do Brasil e das maiores economias da América Latina. *NAU Social*, v. 11, n. 20, p. 111-129, 2020.

A árvore de similitude sintetiza as classes destacadas, que possibilitam tanto a identificação de ocorrência quanto as conexões entre as palavras do *corpus* textual e sua respectiva estrutura^{126 127 128}. Na Figura 3, apresenta-se a árvore de similitude em círculos com o propósito de descortinar as articulações realizadas em três linhas: resposta fiscal (imposto), mês de ação efetivo (abril), resposta realizadas pelos estados (estados).

Figura 3 – Árvore de similitude das respostas fiscais



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Essa análise não somente apontou as palavras de “pago”, “imponer”, “abril”, marzo, estado e “fiscal”, como tema central que reporta o mês de abril como o mês de referência das respostas efetivas dos estados para garantia de receita.

A ramificação 2 indica que a forma impostos “imponer” foi o campo mais utilizado nas abordagens, relativas às pesquisas na temática. Dessa conexão central, derivam as demais articulações, que estão identificadas na Figura 3 pelas ramificações mais robustas da árvore. A ramificação 1 apresenta o mês de maior referência das medidas e suas categorias: contribuinte, pagar, exercício, suspenso, período e maio. A ramificação 3 apresenta os meses em destaque que houve o maior número de medidas pelos governos.

A ramificação 4 evidencia as aproximações conceituais, das respostas fiscais para enfrentamento do COVID-19 nos estados e suas principais medidas saúde, economia, administrativo, publicar, medidas, pandemia e anunciar. A ramificação 5 demonstra as medidas mais aplicadas como decretos, acordos, medidas tributárias.

¹²⁶ MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). *Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles*, v. 2012, p. 687-699, 2012.

¹²⁷ GUSTAFSSON, M. T.; SCURRAH, M. Subnational governance strategies at the extractive frontier: collaboration and conflict in Peru. *Territory, Politics, Governance*, v. 11, n. 1, p. 1-18, 2023.

¹²⁸ ARAÚJO, J. C. O.; SOUZA, F. G.; ROBLES, E. M.; CELIS, L. M. M.; LAGIOIA, U. C. T. Fiscal policies for economic sustainability in COVID-19: what do subnational governments in Brazil and Colombia reveal?. *Management and Administrative Professional Review*, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 6636-6662, 2023.

Se, por um lado, Tavares, Silveira, Paes-Sousa¹²⁹ afirmam que, apesar de existirem questões a respeito dos choques entre o corpo técnico e corpo político, em ambos os países, todas as ações visaram à proteção social e mitigar os efeitos da pandemia.

Por outro lado, quando se abordam políticas públicas e medidas para enfrentamento da COVID-19, apresentam-se pontos congruentes. Preconizar as respostas dos governos, presentes nas ramificações rosas e vermelho, evidenciam as prorrogações de pagamento tendo em destaque o ICMS que teve o maior número de decretos no Brasil. Destaca-se que foi elevado, no México, o número de medidas para arrecadação de tributos veiculares. Essa última ramificação citada lilás faz alusão ao *corpus* textual, que possui uma forte relação com quem está sendo atendido pela concessão de incentivos, benefícios e contingências.

5 Considerações finais

O objetivo deste estudo foi apresentar as medidas fiscais dos governos locais em resposta aos efeitos econômicos da COVID-19, desenvolvendo reflexões nos diferentes contextos do México e do Brasil. Assim, verificou-se que a rápida disseminação do vírus e seu potencial devastador sobre a vida das pessoas tornam imprescindíveis respostas urgentes e potentes por parte dos governantes.

O Brasil respondeu com ações de contenção do vírus, baseado nas recomendações da ONU e nas experiências de outros países, de quais medidas são essenciais e quais são ineficazes. Como a experiência internacional adotou medidas profiláticas, desmobiliza recursos produtivos, defendemos ações em três grandes frentes integradas: saúde, com o objetivo de achatando a curva de disseminação do vírus para tentar não sobrecarregar a capacidade do sistema de saúde, enquanto buscava ampliar sua capacidade atual; assistência, para reduzir os graves efeitos sociais do isolamento; principalmente às camadas mais vulneráveis.

Dentre essas respostas, se destacaram o auxílio emergencial e as medidas fiscais apoiadas pelas prorrogações, isenções parcelamentos de tributos como para os: impostos de circulação de mercadorias e serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (*IPVA*) e *Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)*. Essas respostas foram uma forma não somente de garantir as receitas públicas, mas de tentar atenuar os impactos financeiros nos cofres públicos.

O estudo reportou sobre como os governos estaduais do Brasil aplicaram a maior parte de suas ações, direcionadas ao apoio à população e à manutenção de empresas de produtos essenciais, que, nesse processo de pandemia, já seriam beneficiadas pela necessidade de aquisições de produtos.

No governo do México, apesar de medidas diferentes entre os governos, observou-se que foram atribuídas medidas iguais sobre folha de pagamento e diferentes para estados turísticos, tendo isenções. Interessante perceber que houve medidas para impostos sobre veículos automotores comuns entre os países de estudo, e que os esforços para o combate à COVID-19 foram redobrados, a fim de garantir recursos financeiros aos governos.

Portanto, avalia-se que os esforços também devem ser realizados nomeadamente na área da fiscalização e cobrança, em ambos os países, para recuperar as finanças públicas, ainda que as medidas sejam incluídas, elas podem não ser adotadas integralmente pelos contribuintes. No período da pandemia, reconhecem suas obrigações, mas não há recursos suficientes para honrá-las, o que impacta, portanto, na obtenção das receitas públicas de cada país.

Conclui-se que tanto no Brasil como no México, a resposta dos governos a COVID-19, em nível federal, foi cheia de choques entre o corpo técnico e corpo político. Essa tensão contribuiu para a descentralização

¹²⁹ TAVARES, A. B.; SILVEIRA, F.; PAES-SOUSA, R. Proteção Social e COVID-19: a resposta do Brasil e das maiores economias da América Latina. *NAU Social*, v. 11, n. 20, p. 111-129, 2020.

das medidas voltadas a cargo das decisões estaduais. Tais fatos contribuíram para que as respostas fiscais atendessem as demandas locais de cada estado, os quais surgiam por meio leis e decretos, e acompanha a evolução do número de contaminados, mortos, pressões sindicais de micro e pequenas empresas, empresários do setor hoteleiro e de turismo.

Em ambos os países, em relação aos casos, narrativa política e à ocorrência de pandemia da COVID-19, no início do mandato dos governantes, criou-se um comportamento de resistência e uma confusão sobre qual medida deveria ser adotada, diante o isolamento^{130 131 132}.

A COVID-19 nos mostra a importância de implementar medidas contingenciais diante de crises sanitárias e econômicas, o que é uma grande lição global sobre a avaliação das respostas dos governos. Assim como, o estudo aponta que tanto o Brasil quanto o México utilizaram medidas fiscais como forma de combater os efeitos econômicos e sociais da COVID-19, destacando a importância das isenções fiscais para garantir a arrecadação.

Nesta pesquisa apresentam-se contribuições em analisar dos incentivos governamentais às empresas e à população no combate aos efeitos nocivos da COVID-19, permite delinear estratégias que tragam a implementação de medidas que visem à renda das populações atingidas e, em médio e longo prazos, alternativas voltadas ao maior conhecimento sobre medidas positivas e negativas entre países, assim como a discussão de ações que propiciem o restabelecimento das economias locais e a recuperação das finanças públicas.

Além disso, seus resultados apresentados de dados estratificados pelo Iramuteq, permitiram executar uma análise em categorias de respostas fiscais nos países por estado, permitindo discutir um conceito unificado na literatura desta pesquisa.

Em relação às sugestões de pesquisas futuras na área de respostas fiscais, recomenda-se a ampliação do campo de estudo, utilizando outros países de análise e trabalhando com regressões lineares múltiplas para avaliar o impacto social e orçamentário da pandemia da COVID-19. Bem como estudos que avaliem como os cidadãos estão vendo as medidas para enfrentamento da COVID-19 por seus governantes.

Referências

ACOSTA, L.; XAVIER, F.; CHAVES, L. S. M.; SABINO, E. C.; SARAIVA, A. M.; SALLUM, M. A. M. Interfaces à transmissão e spillover do coronavírus entre florestas e cidades. *Estudos Avançados*, v. 34, p. 191-208, 2020.

ACOSTA, L. D. Capacidad de respuesta frente a la pandemia de COVID-19 en América Latina y el Caribe. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 44, 2020.

AHMED, W.; ANGEL, N.; EDSON, J.; BIBBY, K.; BIVINS, A.; O'BRIEN, J. W.; CHOI, P.M.; KITAJIMA, M.; SIMPSON, S. L.; LI, J.; TSCHARKE, B.; VERHAGEN, R.; SMITH, W. J. M.; ZAUGG, J.; DIERENS, L.; HUGENHOLTZ, P.; THOMAS, K. V.; MUELLER, J. F. First confirmed detection of SARS-CoV-2 in untreated wastewater in Australia: A proof of concept for the wastewater surveillance of COVID-19 in the community. *Science of The Total Environment*, v. 728, p.138764, 2020.

¹³⁰ BRESSER-PEREIRA, L. C. Financiamento da COVID-19, inflação e restrição fiscal. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, p. 604-621, 2020.

¹³¹ CALDERA-VILLALOBOS, C.; VELOZ, I. G.; MARÍNEZ-AVILA, N.; DELGADO-ENCISO, I.; ORIZ-CASTRO, Y.; CABRAL-PACHECO, G. A.; MARTINEZ-FIERRO, M. L. The Coronavirus Disease (COVID-19) challenge in Mexico: a critical and forced reflection as individuals and society. *Frontiers in public health*, v. 8, p. 337, 2020.

¹³² MAHER, C. S.; HOANG, T.; HINDERLY, A. Fiscal responses to COVID-19: Evidence from local governments and nonprofits. *Public Administration Review*, v. 80, n. 4, p. 644-650, 2020.

AMAYA, N. L. V. *Medidas fiscales de las entidades federativas ante COVID-19: ante la emergencia sanitaria por el COVID-19, algunas entidades federativas han decidido establecer medidas fiscales para mitigar el impacto económico ocasionado a los contribuyentes*. 2021. Disponível em: https://www.indetec.gob.mx/delivery?srv=0&sl=2&route=/noticias_interes/MEDIDAS_FISCALES_DE_LAS_ENTIDADES_FEDERATIVAS_ANTE_COVID-19&ext=.pdf.

ARAÚJO, J. C. O.; SILVA, K. M. S.; LIMA, F. E. G. V.; SILVA, A. S. Controladoria na gestão pública: um estudo na Unidade de Controle Interno (UCI) do município de Castanhal sob a ótica da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). *Brazilian Journal of Development*, v. 4, p. 3755-3772, 2018.

ARAÚJO, J. C. O.; SOUZA, F. G.; GOMES, A. P. da S. Incentivos gubernamentales frente al COVID-19: un estudio comparativo entre Brasil y Chile a la luz de la teoría de la comunicación. *Contabilidad y Negocios*, v. 18, n. 35, 10 mar. 2023.

ARAÚJO, J. C. O.; SOUZA, F. G.; GONCALVES, H. S.; LIMA, V. S. Incentivos fiscais estaduais para o combate os efeitos economicos da pandemia do Coronavírus (COVID19): um estudo sobre os incentivos fiscais estaduais. In: GALVÃO, Nadielli Maria Santos; SANTANA, Alex Fabiano Bertollo (org.). *Transparência em tempos de pandemia*. Iguatu, CE: Quipá, 2021. v. 1, p. 38-49.

ARAÚJO, J. C. O.; SOUZA, F. G.; ROBLES, E. M.; CELIS, L. M. M.; LAGIOIA, U. C. T. Fiscal policies for economic sustainability in COVID-19: what do subnational governments in Brazil and Colombia reveal?. *Management and Administrative Professional Review*, [S. L.], v. 14, n. 4, p. 6636-6662, 2023.

ATTRIDE-STIRLING, J. Thematic networks: an analytic tool for qualitative research. *Qualitative research*, v. 1, n. 3, p. 385-405, 2001.

BAHN, K.; COHEN, J.; RODGERS, Y. V. D. M. A feminist perspective on COVID-19 and the value of care work globally. *Gender, Work & Organization*, v. 27, n. 5, p. 695-699, 2020.

BAKER, T. H.; JUDGE, K. How to help small businesses survive COVID-19. *Columbia Law and Economics Working Paper*, n. 620, 2020.

BALL, R.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of accounting and economics*, v. 29, n. 1, p. 1-51, 2000.

BALL, R.; ROBIN, A. WU, J. S. Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. *Journal of accounting and economics*, v. 36, n. 1-3, p. 235-270, 2003.

BHUSAL, M. K. The world after COVID-19: An opportunity for a new beginning. *International journal of scientific and research publications*, 2020.

BITTENCOURT, R. N. Pandemia, isolamento social e colapso global. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 19, n. 221, p. 168-178, 2020.

BLAŽEK, Jiří; NETRDOVÁ, Pavlína. Impactos regionais da crise financeira global no desemprego nos novos estados membros da UE na Europa Central e Oriental. *Estudos Urbanos e Regionais Europeus*, v.1, pág.42-61, 2012

BRESSER-PEREIRA, L. C. Financiamento da COVID-19, inflação e restrição fiscal. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, p. 604-621, 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. Crescimento econômico com poupança externa? *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 23, p. 163-188, 2020.

CALDERA-VILLALOBOS, C.; VELOZ, I. G.; MARÍNEZ-AVILA, N.; DELGADO-ENCISO, I.; ORIZ-CASTRO, Y.; CABRAL-PACHECO, G. A.; MARTINEZ-FIERRO, M. L. The Coronavirus Disease (COVID-19) challenge in Mexico: a critical and forced reflection as individuals and society. *Frontiers in public health*, v. 8, p. 337, 2020.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CERVANTES HOLGUÍN, E.; GUTIÉRREZ SANDOVAL, P. R. Resistir la COVID-19. Intersecciones en la educación de Ciudad Juárez, México. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, v. 9, n. 3, 2020.

CORREIA NETO, C. de B.; ARAUJO, J. E. C.; PALOS, L. C. S.; SOARES, M. R. C. Tributação em tempos de pandemia. Câmara dos Deputados. *Estudo Técnico*, jun. 2020. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/40012/tributa%C3%A7%C3%A3o_pandemia_CorreiaNeto.pdf?sequence=4&isAllowed=y.

COSCIEME, L.; FIORAMONTI, L.; MORTENSEN, L. F.; PICKETT, K. E.; LOVINS, I. K. H.; MCGLADE, J.; RAGNARSDÓTTIR, K. V.; ROBERTS, D.; COSTANZA, R.; VOGLI, R. de; WILKINSON, R. Women in power: female leadership and public health outcomes during the COVID-19 pandemic. *MedRxiv*, 2020.

COSTA, E. de F.; FREIRE, M. A. dos S. Estudo de avaliação do programa de auxílio emergencial: uma análise sobre focalização e eficácia a nível municipal. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 3, p. 24363-24387, 2021.

DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política. Boitempo Editorial, 2017.

DIAS FILHO, J. M. A linguagem utilizada na evidencição contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. *Caderno de Estudos*, p. 38-49, 2000.

DIAS, G. N.; PAMPLONA, V. M. S.; RODRIGUES, A. E.; VOGADO, G. E. R.; SILVA JUNIOR, W. L.; BARRETO, W. D. L.; BARBOSA, E. S.; ARAÚJO, J. C. O. Mathematical and statistical analysis of disease COVID-19 and implications for future projections. *Research, Society and Development*, v. 9, p. 1-10, 2020.

FINGLETON, Bernard; GARRETSEN, Harry; MARTIN, Ron. Recessionary shocks and regional employment: evidence on the resilience of UK regions. *Journal of regional science*, v. 52, n. 1, 2012.

FLAUZINA, A. L. P.; PIRES, T. R. O. Políticas da morte: COVID-19 e os labirintos da cidade negra. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, n. 2, 2020.

Gobierno del Estado de Chiapas. *Protección al empleo formal*. 2021. Disponível em: <https://planprotege.chiapas.gob.mx/>.

Gobierno del Estado de Ciudad del Mexico. *Financiamiento por la emergencia sanitaria del COVID-19*. 2021. Disponível em: <https://tramites.cdmx.gob.mx/inicio/>.

Gobierno del Estado de Puebla. *Consulta la convocatória del programa de apoyo para OSC em la modalidad contingente*. 2021. Disponível em: <https://www.puebla.gob.mx/es/gobierno/comunicados/consulta-la-convocatoria-del-programa-de-apoyo-para-osc-en-la-modalidad>.

Gobierno del Estado de Quintana Roo. *Acciones para juntos enfrentar el COVID-19*. 2021. Disponível em: <https://qroo.gob.mx/inicio/>.

Gobierno del Estado de Zacateca. *De formación para el capital humano*. 2021. Disponível em: <https://stps.zacateca.gob.mx/>.

GOMES, P. Financial and non-financial responses to the COVID-19 pandemic: insights from Portugal and lessons for future. *Public Money & Management*, p. 1-3, 2021.

GOPINATH, G. Limiting the economic fallout of the coronavirus with large targeted policies. *IMF Blog*, 9 mar. 2020.

- GUIBARRA, N. I. L.; SÁNCHEZ, J. C. A. Conferencias de prensa y COVID-19: explorando la respuesta gubernamental mexicana desde la comunicación en salud. *Revista española de comunicación en salud*, p. 128-141, 2020.
- GUSTAFSSON, M. T.; SCURRAH, M. Subnational governance strategies at the extractive frontier: collaboration and conflict in Peru. *Territory, Politics, Governance*, v. 11, n. 1, p. 1-18, 2023.
- HALE, T.; ANGRIST, N.; GOLDSZMIDT, R.; KIRA, B.; PETHERICK, A.; PHILLIPS, T.; WEBSTER, S.; CAMERON-BLAKE, E.; HALLAS, L.; MAJUMDAR, S.; TATLOW, H. Oxford COVID-19 government response tracker (OxCGRT). *Last updated*, v. 8, p. 30, 2020.
- HENAO-KAFFURE, L.; PEÑALOZA, G. A critical perspective on pandemics and epidemics: building a bridge between public health and science education. *Cultural Studies of Science Education*, p. 1-17, 2021.
- HENRION, C. T.; HENRÍQUEZ, D. I.; SCHOR-LANDMAN, C. *América Latina: sociedad, política y salud en tiempos de pandemias*. Valparaíso: Universidad de Valparaíso, 2021.
- HUYNH, T. L. D. Does culture matter social distancing under the COVID-19 pandemic?. *Safety Science*, v. 130, p. 104872, 2020.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Quase 25 milhões de empregos podem ser perdidos no mundo devido à COVID-19*. Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_738780/lang--pt/index.htm#:~:text=GENEBRA%20\(OIT%20Not%C3%ADcias\)%20%E2%80%93A,Internacion al%20do%20Trabalho%20\(OIT\)](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_738780/lang-pt/index.htm#:~:text=GENEBRA%20(OIT%20Not%C3%ADcias)%20%E2%80%93A,Internacion%20do%20Trabalho%20(OIT).). Acesso em: 20 jun. 2020.
- ISLAS, D. S. C.; ALEJANDRO, D. M. E.; ROJAS, R. F. Educación superior en México, COVID-19 y la respuesta emergente: el caso de la Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco. *Revista Ciencias y Humanidades*, v. 11, n. 11, p. 91-122, 2020.
- ITO, N. C.; PONGELUPPE, L. S. O surto da COVID-19 e as respostas da administração municipal: municipalidade de recursos, vulnerabilidade social e eficácia de ações públicas. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 782-838, 2020.
- JAMALUDIN, S., AZMIR, N. A.; AYOB, A. F. M.; ZAINAL, N. COVID-19 exit strategy: transitioning towards a new normal. *Annals of Medicine and Surgery*, v. 59, p. 165-217, 2020.
- JANSSEN, M.; VAN DER VOORT, H. Agile and adaptive governance in crisis response: Lessons from the COVID-19 pandemic. *International journal of information management*, v. 55, 2020.
- JONG, M.; HO, A. T. Emerging fiscal health and governance concerns resulting from COVID-19 challenges. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 2020.
- LAURELL, A. C. "TETELBOIN HENRION, C.; ITURRIETA HENRÍQUEZ, D.; SCHOR-LANDMAN, C. *América Latina: sociedad, política y salud en tiempos de Pandemias*. CLACSO/Universidad Autónoma de Metropolitana UAM. Buenos Aires y Xochimilco. Pp. 382." *Espacio Abierto*, v. 30, n. 2, p. 163-167, 2021.
- LEMO, P.; ALMEIDA FILHO, N. de; FIRMO, J. COVID-19, desastre do sistema de saúde no presente e tragédia da economia em um futuro bem próximo. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 39-50, 2020.
- LESLIE, T.; GOURLAY, C.; BYRD, J.; HANRAHAN, C.; ELVERY, S.; LIDDY, M.; SPRAGGON, B. Coronavirus data shows which countries have it under control: what did they do right. *ABC News (Australian Broadcasting Corporation)*, 2020.
- LIMA, L. C. C.; GONÇALVES, A. F.; REI, F. C. F.; LIMA, C. B. de C. Compliance em tempos de calamidade pública: análise sobre a flexibilização da transparência de dados e informações durante o enfrentamento da COVID-19 no Brasil. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 11, n. 1, 2021.

- LÓPEZ, M. V.; GONZÁLEZ, M. A. M.; ROMERO, L. Q.; PAEZ, C. S.; ASCENCIAO, F. L. Impacto de la COVID-19 en las remesas y sus efectos contracíclicos en las economías regionales en México. *Contaduría y administración*, v. 65, n. 4, p. 1, 2020.
- MACKAY-CASTRO, C. R.; LEÓN-PALACIOS, B. V.; ZAMBRANO-NOBOA, H. A. Efectos del COVID-19 en el mercado laboral. *Dominio de las Ciencias*, v. 6, n. 3, p. 1368-1381, 2020.
- MAHER, C. S.; HOANG, T.; HINDERY, A. Fiscal responses to COVID-19: Evidence from local governments and nonprofits. *Public Administration Review*, v. 80, n. 4, p. 644-650, 2020.
- MANFREDI-SÁNCHEZ, J. L.; AMADO-SUÁREZ, A.; WAISBORD, S. Twitter presidencial ante la COVID-19: Entre el populismo y la política pop. *Comunicar: Revista Científica de Comunicación y Educación*, v. 29, n. 66, p. 83-94, 2021.
- MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). *Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles*, v. 2012, p. 687-699, 2012.
- MARTÍNEZ, M. E. C.; PETCH, F.; SEGOVIA, R. La gobernanza global de la salud y los límites de las redes de expertos en la respuesta al brote de la COVID-19 en México. *Foro Internacional*, v. 61, n. 2, p. 469-506, 2021.
- MARTINS, M. M. V.; MENDES, C. S. Eficiência das políticas de inovação nos setores industriais brasileiros: sugestões para a crise da COVID-19. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 11, n. 1, 2021.
- MENDOZA, A. F.; GÓMEZ, G. C.; VERDÍA, C. C. P.; HAZIN, M. S. *El financiamiento de la banca de desarrollo para un gran impulso ambiental en México en los tiempos del COVID-19*. Cepal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46578>.
- MONROY-GÓMEZ-FRANCO, L. ¿Quién puede trabajar desde casa? Evidencia desde México. *Estudios Económicos*, v. 36, n. 1, p. 89-113, 2021.
- MONROY-GÓMEZ-FRANCO, L. Los impactos distributivos del COVID-19 en México: un balance preliminar. *Center for Open Science*, 2021.
- MONTEIRO, J. J.; RENGEL, R.; ROSA, F. S. da; LUNKES, R. J.; HASKEL, A. P. Reflexos da COVID-19 no Orçamento Público do Governo Federal. *Revista Gestão Organizacional*, v. 14, n. 1, p. 97-116, 2021.
- MORENS, David M.; FOLKERS, Gregory K.; FAUCI, Anthony S. *What is a pandemic?*. 2009.
- MUJERES ONU; CEPAL. *Cuidados na América Latina e no Caribe em tempos de COVID-19: em direção a sistemas integrais para fortalecer a resposta e a recuperação*. 2020.
- MURSHED, S. M. Capitalism and COVID-19: Crisis at the Crossroads. *Peace Economics, Peace Science and Public Policy*, v. 26, n. 3, 2020.
- NAKABAYASHI, M. Optimal tax rules and public sector efficiency with an externality in an overlapping generations model. *Journal of Public Economics*, v. 94, n. 11-12, p. 1028-1040, 2010.
- NICOLA, M.; ALSAFI, Z.; SOHRABI, C.; KERWAN, A.; AL-JABIR, A.; IOSIFIDIS, C.; AGHA, M.; AGHA, R. The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (COVID-19): A review. *International journal of surgery*, v. 78, p. 185-193, 2020.
- NUSSBAUMER-STREIT, Barbara *et al.* Quarantine alone or in combination with other public health measures to control COVID-19: a rapid review. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, n. 9, 2020.
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). *Risks that matter 2020: the long reach of COVID-19*. Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/risks-that-matter-2020-the-long-reach-of-covid-19-44932654/>.

Organização PanAmericana da Saúde (OPAS) *Folha informativa sobre COVID-19*. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&vie=article&id=6101:COVID-19&Itemid=875. Acesso em: 31 maio 2020.

PASCHOALOTTO, M. A. C.; LOPES, J. E. F.; OLIVEIRA, P. H. D.; BARROS, P. P. Performance of sub-national governments in the COVID-19 pandemic: an analysis of the public and private health services in Brazil. *BAR-Brazilian Administration Review*, v. 19, 2022.

PECI, A.; AVELLANEDA, C. N.; SUZUKI, K. Respuestas gubernamentales a la pandemia de COVID-19. *Revista de Administración Pública*, v. 55, n. 1, p. 1-11, 2021.

PIOVESAN, F.; ANTONIAZZI, M. M. Interdependência e indivisibilidade dos Direitos Humanos: um novo olhar para o COVID-19. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 11, n. 2, 2021.

PORRAS, A. R.; PITA, J. E. A. La economía mexicana en tiempos de la COVID-19. *Economía, Salud y Políticas Públicas*, p. 11, 2020.

PORRAS, A. R.; PITA, J. E. A. Los precios del petróleo y la actividad económica en México: Oil Prices and Economic Activity in Mexico. *Ensayos Revista de Economía*, v. 40, n. 2, p. 159-188, 2021.

RENTERIA, C.; ARELLANO-GAULT, D. ¿Cómo interpreta y enfrenta un gobierno populista una crisis de salud? Evidencia de la respuesta populista mexicana a la COVID-19. *Revista de Administración Pública*, v. 55, p. 180-196, 2021.

SADIK-ZADA, E. R.; GATTO, A.; NIFTIYEV, I. E-government and petty corruption in public sector service delivery. *Technology Analysis & Strategic Management*, p. 1-17, 2022.

SALOMÓN, M.; NUNES, C. A ação externa dos governos subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos. *Contexto Internacional*, v. 29, p. 99-147, 2007.

SÁNCHEZ-CRUZ, E.; MASINIRE, A.; LÓPEZ, E. V. The impact of COVID-19 on education provision to indigenous people in Mexico. *Revista de Administración Pública*, v. 55, p. 151-164, 2021.

SETZER, J.; REI, F.; CUNHA, K. B. A Rio+ 20 e o quadro institucional pelo desenvolvimento sustentável: o papel dos governos subnacionais na governança ambiental global. *Revista de Direito Internacional*, v. 9, n. 3, p. 129-140, 2012.

SILVA, M. S. *Política econômica emergencial orientada para a redução dos impactos da pandemia da COVID-19 no Brasil: medidas fiscais, de provisão de liquidez e de liberação de capital*. 2020.

SODRÉ, F. Epidemia de COVID-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, 2020.

SUÁREZ, V.; QUEZADA, M. S.; RUIZ, S. O.; JESÚS, E. R. Epidemiología de COVID-19 en México: del 27 de febrero al 30 de abril de 2020. *Revista clínica española*, v. 220, n. 8, p. 463-471, 2020.

TAVARES, A. B.; SILVEIRA, F.; PAES-SOUSA, R. Proteção Social e COVID-19: a resposta do Brasil e das maiores economias da América Latina. *NAU Social*, v. 11, n. 20, p. 111-129, 2020.

TORREALBA-RODRIGUEZ, O.; CONDE-GUTIÉRREZ, R. A.; HERNÁNDEZ-JAVIER, A. L. Modeling and prediction of COVID-19 in Mexico applying mathematical and computational models. *Chaos, Solitons & Fractals*, v. 138, p. 109946, 2020.

WIRTZ, B. W.; BECKER, M.; WEYERER, J. C. Open government: development, concept, and future research directions. *International Journal of Public Administration*, p. 1-16, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Overview of public health and social measures in the context of COVID-19: interim guidance*, 18 May 2020. World Health Organization, 2020.

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.